

Sheyla Cristina Braz Pinheiro

**Estudo de Caso Sobre o Contributo do PDDE
na Gestão de Escolas Públicas, Urbana e
Rural, no Município de Tucuruí**

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Dezembro

20**16**

Sheyla Cristina Braz Pinheiro

**Estudo de Caso Sobre o Contributo do PDDE
na Gestão de Escolas Públicas, Urbana e
Rural, no Município de Tucuruí**

Projeto submetido como requisito parcial para
obtenção do grau de
MESTRE

Orientação
Professor Doutor Fernando José Cardoso

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Ao meu esposo e companheiro, Anderson Barbosa que de forma carinhosa e me deu coragem para ir adiante e superar as mais diversas dificuldades, aos meus filhos e filha, Ícaro, Brayan e Sofia que iluminam minha vida e me motivam a ser uma pessoa melhor a cada dia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus e a Nossa Senhora, pois sem a fé que me alimenta, não teria forças para essa longa jornada.

Agradeço à minha família: mãe, irmã, tia, primos, sogra, avós, pela sua capacidade de acreditar em mim.

Ao meu professor orientador Fernando Cardoso, que com seu apoio e dedicação não me permitiu desistir. É um profissional maravilhoso e dedicado. Sua paciência e orientação tornaram possível a conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos de todas as horas e aos amigos mais recentes, pelas alegrias, pela força e pelas dores compartilhadas e por estarem sempre me motivando.

Aos meus colegas de turma que mesmo diante das mais diversas adversidades continuamos a estudar e ajudar um ao outro.

RESUMO

Este estudo trata da compreensão do desenvolvimento de PDDE na perspectiva da gestão democrática, realizado em duas escolas públicas municipais do Município de Tucuruí, no Estado do Pará, tendo como objetivo perceber o funcionamento da gestão das duas escolas, como acontece a participação dos conselhos escolares na gestão dos recursos financeiros e qual o contributo que este programa tem dado para o processo de gestão democrática da escola.

Trata-se de uma investigação quantitativa, no formato de estudo de caso, onde se recorreu a instrumentos de recolha de dados, à análise de leis e resoluções e a entrevistas que foram realizadas com os diretores e coordenadores pedagógicos das escolas selecionadas e aos membros dos Conselhos Escolares.

O intuito deste estudo é o de compreender como e quais seriam os caminhos percorridos pelas instituições de ensino para desenvolver programas implementados pelo governo federal com influência direta na gestão escolar.

Esta pesquisa se encarregou de esclarecer o funcionamento do conselho e sua contribuição para a gestão escolar, a atuação dos seus participantes, como são tomadas as decisões sobre a execução dos recursos e se é possível realizar uma gestão democrática diante de tantos desafios.

Como resultados desta pesquisa constatamos que o conselho e a gestão escolar desenvolvem os programas governamentais considerando os princípios da gestão democrática. As escolas pesquisadas demonstraram com suas ações que adotam práticas educacionais democráticas no seu cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE: PDDE, Conselho Escolar, Gestão Escolar, Gestão Democrática

ABSTRACT

This study deals with the understanding of the development of PDDE in the perspective of democratic management, conducted in two public schools in the municipality of Tucuruí, State of Pará, aiming to understand the functioning of the two schools management, as the participation of school boards management of financial resources and what contribution this program has given to the democratic management process school.

This is a quantitative research, case study format, where they resorted to data collection tools, analysis of laws and resolutions and the interviews that were conducted with the directors and coordinators of the selected schools and members of School boards.

The purpose of this study is to understand how and what are the paths taken by educational institutions to develop programs implemented by the federal government with a direct influence on school management.

This research was commissioned to clarify the operation of the board and their contribution to the school management, the performance of its participants, as decisions are made on the implementation of resources and if you can hold a democratic management in the face of many challenges.

As a result of this research we found that the board and the school management develop government programs considering the principles of democratic management. The schools surveyed have shown by their actions that adopt democratic educational practice in their daily school life.

KEYWORDS: PDDE, School Board, School Management, Democratic Management

Índice

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS	xi
LISTA DE TABELAS.....	xiii
INTRODUÇÃO	1
1. CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA	7
1.1. Uma breve contextualização do Sistema de Ensino Brasileiro	7
1.2. Programas federais de apoio às escolas	11
1.2.1. Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	11
1.2.2. Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE Escola	19
1.2.3. Programa Mais Educação	24
1.2.4. Programa Mais Cultura nas Escolas	29
1.2.5. Programa Escola Acessível.....	34
1.3. A atuação dos Conselhos Escolares	42
1.4. A gestão democrática nas escolas públicas	48
2. CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO	53
2.1. Problema e Objetivos	53
2.1.1. Problema e sua justificação	53
2.1.2. Objetivos.....	55
2.2. Metodologia	55
2.2.1. Pesquisa qualitativa	55
2.2.2. Estudo de caso.....	57
2.3. Local de estudo e participantes	58
2.3.1. Local de estudo.....	58
2.3.2. Participantes.....	62

2.4. Técnicas de recolha de dados.....	64
2.5. Técnicas de tratamento de dados	66
2.6. Confiabilidade e validade.....	67
3. CAPÍTULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	71
3.1. Apresentação dos dados.....	71
3.1.1. Dificuldades enfrentadas pelos conselheiros e gestores para a execução dos recursos destinados à escola via PDDE	71
3.1.2. Necessidades que não são contempladas pelos recursos do PDDE e o quanto desse recurso pode ser suficiente para minimizar as dificuldades das escolas.....	73
3.1.3. As vantagens dos programas federais que atendem as escolas por meio do PDDE	75
3.1.4. Contribuições do PDDE no processo de gestão escolar.....	76
3.1.5. As consequências da falta de repasse dos recursos do PDDE	78
3.1.6. Funcionamento, contribuição do conselho escolar e descrição da prestação de conta das escolas	79
3.1.7. Atuação dos gestores, coordenadores, pais e professores no conselho escolar	82
3.1.8. A gestão do PDDE e as intervenções nas atividades escolares.....	86
3.1.9. Levantamento das dificuldades das ações relevantes da gestão escolar e considerações sobre a gestão democrática	88
3.2. Discussão dos resultados	93
4. CONCLUSÕES.....	99
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
APÊNDICES	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

PNE - Plano Nacional de Educação

PMDE - Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

UAB - Universidade Aberta do Brasil

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EEx - Entidades Executoras

UEx - Unidades Executoras

PDDEREx - Relação de Unidades Executoras Atendidas pelo PDDE

PDE Escola – Plano de Desenvolvimento da Escola

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP - Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

PAF - Plano de Ações Financiáveis

CIEPs - Centros Integrados de Educação Pública

SEB - Secretaria de Educação Básica

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PMEd - Programa Mais Educação

PEIF - Programa Escolas Interculturais de Fronteira

SNC - Sistema Nacional de Cultura

CNE – Conselho Nacional de Educação

CEB – Câmara de Educação Básica

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e
Inclusão

AEE - Atendimento Educacional Especializado

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SEMEC - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

LISTA DE TABELAS

Tabela 9 - Tabela com os valores que servem de cálculo para o repasse dos recursos conforme a Resolução nº 10, de 18 de abril de 2013.....	14
Tabela 10 - Tabela com a demonstração dos valores fixos e valores per capita em reais (R\$), utilizados no cálculo dos repasses do PDDE básico.....	15
Tabela 11 - Tabela com o demonstrativo de Execução do PDDE Básico e Ações de 2009 a 2014.....	16
Tabela 12 - Tabela com as metas para os anos iniciais do ensino fundamental. Os resultados destacados em negrito referem-se ao IDEB que atingiu a meta. Fonte: INEP.....	20
Tabela 13 - Tabela com as metas para os anos finais do ensino fundamental. Os resultados destacados em negrito referem-se ao IDEB que atingiu a meta. Fonte: INEP.....	21
Tabela 14 - Tabela com as metas para o ensino médio. Os resultados destacados em negrito referem-se ao IDEB que atingiu a meta. Fonte: INEP.....	21
Tabela 15 - Tabela com a demonstração dos valores em reais (R\$), utilizados no cálculo dos repasses do PDDE/Programa Mais Cultura	33
Tabela 16 - Tabela com a demonstração dos valores em reais (R\$), utilizados no cálculo dos repasses do PDDE/Programa Escola Acessível	41
Tabela 17 - Quantidade de escolas e sua distribuição de acordo com os segmentos e localização.....	59
Tabela 18 - Informações complementares sobre os professores da escola urbana.	60
Tabela 19 - Informações complementares sobre os professores da escola do campo.....	62

INTRODUÇÃO

A gestão democrática pressupõe um processo de construção coletiva, onde no espaço escolar são priorizados o exercício de participação e tomadas de decisões tendo como pilar a participação efetiva de todos os sujeitos do processo. Trata-se de respeitar a história e a política em todas as esferas do sistema de ensino, privilegiando a escola enquanto espaço de construção de saberes e de disseminação de cultura.

Para que seja pensada a democratização precisamos compreender a cultura da escola e os seus processos, isso “envolve diretamente os diferentes segmentos das comunidades local e escolar, seus valores, atitudes e comportamentos.” (Ministério da Educação, 2004b, p. 24)

Construir uma escola onde se implemente a gestão democrática, implica uma mudança de comportamento e uma ruptura com paradigmas historicamente constituídos.

A escola enquanto espaço de contradições e diferenças deve buscar construir um processo de participação dos sujeitos comprometidos e dispostos a colaborar para que a coletividade prevaleça e que as tomadas de decisão sejam respeitadas.

A construção de uma escola em que a participação seja uma realidade depende, portanto, da ação de todos: dirigentes escolares, professores, estudantes, funcionários, pais de estudantes e comunidade local. Nesse processo, a articulação entre os diversos segmentos que compõem a escola e a criação de espaços e mecanismos de participação são fundamentais para o exercício do aprendizado democrático que possibilite a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos (Ministério da Educação, 2004b, p. 31-32).

Ao falarmos sobre gestão democrática somos remetidos à compreensão da autonomia na unidade escolar. Como nos afirma Barroso, em seu discurso:

A autonomia afirma-se, assim como expressão da unidade social que é a escola e não preexiste à ação dos indivíduos. Ela é um conceito construído social e politicamente, pela interação dos diferentes atores organizacionais, numa determinada escola (Barroso, 2013, p. 27).

A autonomia na escola é o resultado concreto da participação dos indivíduos dentro de uma organização coletiva. Ela não é dada ou decretada, precisa ser construída em meio ao turbilhão de manifestações coletivas, onde o respeito por todos deve ser observado.

Dentro da escola o Conselho escolar surge como o local onde são fomentadas, discussões, debates, críticas e orientações sobre os mais diversos temas e responsabilidades apresentadas durante as reuniões deste colegiado

Compreender como a escola e o conselho escolar conseguem implementar programas governamentais respeitando as características da gestão democrática é o objeto de estudo desta pesquisa. Surge então uma questão de partida que orienta o estudo: em que medida o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) contribui para a gestão democrática da escola municipal? Este objetivo geral haveria de se desdobrar em três objetivos específicos, a saber: (1) identificar as dificuldades enfrentadas pelos gestores para executarem os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola; (2) identificar os recursos recebidos pelas escolas e sua importância para a implementação das atividades escolares; (3) compreender como a gestão escolar e o Conselho escolar desenvolvem o PDDE na perspectiva da gestão democrática.

Em busca de responder esta questão e de enriquecer o nosso percurso acadêmico estruturamos este estudo da seguinte maneira.

No primeiro capítulo apresentamos uma abordagem sobre a contextualização do Sistema de Ensino Brasileiro, onde são abordadas as leis que regem nosso sistema de ensino, como a Constituição da República Federativa do Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB de nº

9.394/96, documento base do Plano Estadual de Educação, Decretos, Portarias, Resoluções, Medidas Provisórias, Notas Técnicas, manuais, documentos orientadores, livros e autores que contribuíram significativamente para a construção deste trabalho.

Os programas federais implementados pelo governo, também compõem a construção deste capítulo, sendo que merecem destaques para a nossa pesquisa os programas citados a seguir.

O Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE tem por finalidade o repasse de recursos financeiros, em caráter suplementar, as escolas públicas com o intuito de prover necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiados pelo programa. Estes recursos destinam-se a cobertura de despesa de custeio, compreendidas como material de expediente e didático para uso da escola e dos alunos, manutenção e pequenos reparos na estrutura física como pequenos problemas na rede elétrica e hidráulica e ainda na aquisição de material permanente como televisão, computadores, impressoras, ventiladores e outros necessários para o bom funcionamento da instituição (Ministério da Educação, 2013b).

O Plano de Desenvolvimento da Escola-PDE Escola foi criado com o intuito de apoiar o planejamento estratégico da escola, atividades e ações implementadas no ambiente escolar a fim de fortalecer a autonomia da escola como estratégia de implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE visando a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB em escolas públicas de educação básica nas regiões brasileiras (Ministério da Educação, 2013d).

O Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral (Presidência da República, 2010) e valorizar a escola como espaço no qual a vivência democrática pode ser exercitada por meio de atividades educativas, lúdicas e recreativas através da

ampliação da jornada e espaço escolares visando à implementação da educação integral na rede pública de ensino (Ministério da Educação, 2014d).

O Programa Mais Cultura visa a melhoria do ensino fundamental e médio na perspectiva de universalização do acesso e permanência dos adolescentes de 15 a 17 anos nestas etapa da educação básica, onde busca-se assegurar a educação e a cultura como estratégias da educação integral a fim de potencializar as ações dos Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador, onde através da educação possam ser desenvolvidos e fortalecidos os laços familiares, as relações interpessoais no ambiente escolar e as manifestações culturais (Ministério da Educação, 2014c).

O Programa Escola Acessível surge da necessidade em assegurar as pessoas com deficiências o acesso ao sistema educacional inclusivo , em condições de igualdade com as demais pessoas da sociedade, para isso o Ministério da Educação disponibiliza apoio técnico e financeiro para que seja ofertado atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados em classes comuns do ensino regular (Ministério da Educação, 2012b).

Para que seja possível o acesso das escolas a todos estes programas, as escolas devem manter seus Conselhos regulares e funcionando conforme as orientações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE. Considerando que o Conselho Escolar atua como co-responsável pelo desenvolvimento de atividades no interior da escola e podendo ser visto como um grande aliado da gestão democrática, onde todos os atores envolvidos possam assumir juntos os desafios, compromissos e sucesso da educação (Castro, 2008).

O conselho escolar enquanto espaço apropriado para o exercício da gestão democrática, encontra neste colegiado, assim como no ambiente escolar, um local onde seja permitido o debate, com espaço para a prática de relações dialógicas, comprometidas com a ética e com a responsabilidade coletiva.

Onde todos podem contribuir de maneira participativa e neste contexto a gestão escolar deve buscar seu lugar de atuação na escola (Rocha, C., 2010).

O segundo capítulo trata do estudo empírico onde foram definidos o problema a ser pesquisado, os objetivos a serem alcançados, a metodologia utilizada, o local de estudo e as técnicas de recolhimento de dados. Trata-se de um estudo empírico de natureza qualitativa, no formato de estudo de caso, em que a pesquisadora realiza um trabalho em profundidade, procurando fazer salientar os detalhes que lhe parecem mais relevantes.

O terceiro capítulo compreende a apresentação, análise e discussão dos dados obtidos através desta pesquisa. Numa primeira fase é feita a apresentação dos resultados da pesquisa, organizados em nove pontos: (1) dificuldades enfrentadas pelos conselheiros e gestores para a execução dos recursos destinados à escola via PDDE; (2) necessidades que não são contempladas pelos recursos do PDDE e o quanto desse recurso pode ser suficiente para minimizar as dificuldades das escolas; (3) as vantagens dos programas federais que atendem as escolas por meio do PDDE; (4) contribuições do PDDE no processo de gestão escolar; (5) as consequências da falta de repasse dos recursos do PDDE; (6) funcionamento, contribuição do conselho escolar e descrição da prestação de conta das escolas; (7) atuação dos gestores, coordenadores, pais e professores no conselho escolar; (8) a gestão do PDDE e as intervenções nas atividades escolares; (9) levantamento das dificuldades das ações relevantes da gestão escolar e considerações sobre a gestão democrática. Em seguida procede-se à discussão dos resultados. Este capítulo termina com as conclusões, onde se procura chamar a atenção do leitor para os aspectos de maior relevo e onde se responde aos objetivos específicos, que foram enunciados a partir do objetivo geral.

1. **CAPITULO I – REVISÃO DE LITERATURA**

1.1. **UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO**

A Constituição de 1988 foi um marco para a organização do Estado Brasileiro, pois havia pouco tempo que deixávamos para trás as trágicas marcas do regime militar que havia imposto limitações à educação Brasileira. Foi um marco para uma nova redemocratização do país, porque esta nova constituição passa a valorizar os direitos sociais e entre estes o direito à educação, como aparece no artigo 6º “São direitos sociais a educação, [...] na forma desta constituição”. Com esta nova Constituição, todos os brasileiros passaram a ter seu direito ao acesso à educação, o que se traduziu num salto qualitativo com relação a legislação anterior (Presidência da República, 1988).

Outro artigo a ser destacado na Constituição de 1988 é o artigo 205º que considera “a educação, direito de todos e dever do estado e da família”. É, portanto, salientado o dever do Estado em garantir a educação para todos, sem excluir o papel da família no processo educacional dos filhos. No artigo seguinte, o artigo 206º, determina os princípios que serão a base para a educação Brasileira: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a gestão democrática no ensino público e a garantia do padrão de qualidade, são alguns desses princípios. Mais adiante, no artigo 211º, referente à organização federativa, é assumido que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem organizar, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino. De acordo com a constituição, a União é responsável pela organização do sistema de ensino federal, financiamento das instituições de ensino públicas federais e pela prestação de assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Os Estados e o

Distrito Federal deverão atuar, prioritariamente, no Ensino Fundamental e Médio e os municípios, no Ensino Fundamental e na Educação Infantil (Presidência da República, 1988).

Embora na Constituição Federal de 1988 estejam inscritos os princípios e deveres do Estado e a forma de organização da educação, enquanto direito de todos os Brasileiros, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, instituída pela lei nº 9.394 de 1996, faz uma descrição detalhada dos princípios e fins da educação nacional, da sua organização, dos profissionais da educação, dos recursos financeiros entre outros. Conforme esta Lei, os processos formativos e educacionais desenvolvem-se, entre outros lugares, na família e nas instituições de ensino e pesquisa. E sendo a educação um dever da família e do Estado, cabe a cada um de nós a tarefa de acompanhar como as instituições responsáveis pela educação em nosso país atuam e se usam como base os princípios citados na lei, entre eles cabe destaque para “[...] II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade;” (Presidência da República, 1996).

A estrutura do sistema educacional no Brasil consiste na educação básica e na educação superior. A educação básica subdivide-se em: educação infantil, que atende a crianças de 0 a 3 anos nas creches e de 4 a 5 anos nas pré-escolas; ensino fundamental que atende crianças a partir dos 6 anos de idade, devendo ter no mínimo nove anos de duração, ser obrigatório e gratuito nas escolas públicas e o ensino médio com duração mínima de três anos.

A educação superior oferece cursos de graduação de três maneiras: bacharelado, licenciatura e tecnológico. E oferta também cursos de pós-graduação que são divididos em *lato sensu* como as especializações e os de *strictu sensu* que são os mestrados e doutorados.

Temos ainda as seguintes modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional ou Técnica, Educação Especial e Educação à Distância. A Educação de Jovens e Adultos é considerada uma modalidade da

Educação Básica sendo ofertada tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. A Educação Profissional e a Educação Especial perpassam tanto pela Educação Básica quanto pelo Ensino Superior.

Até 1960, o sistema educacional Brasileiro era centralizado e era utilizado o mesmo modelo em todos os estados e municípios. Em 1961, com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), foram dados os primeiros passos para a definição das novas diretrizes para educação Brasileira. Posteriormente, em 1971, foi aprovada uma nova versão, que vigorou até 1996, ano em que é aprovada a última versão desta Lei, a Lei vigente, que atribui mais autonomia aos órgãos estaduais e municipais, o que consequentemente levou à diminuição da centralização do Ministério da Educação (MEC). Atualmente, no Brasil, as universidades federais, as instituições de ensino superior isoladas, os Centros Federais de Educação Tecnológica e o Programa Nacional de Pós-graduação estão na tutela do Governo Federal, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio estão na tutela do Distrito Federal, e aos Municípios cabe a função de atuar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Em 1990 o Brasil participou da Conferência de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial. Desta conferência resultou a Declaração Mundial de Educação para Todos, que levou a que o Brasil se comprometesse a elaborar um plano decenal que expresse a aceitação formal das propostas que foram discutidas na conferência e que proporcione significativas melhorias na qualidade da educação básica.

Com a LDB fica estabelecido que a União deve incumbir-se de elaborar um novo plano de educação. Esta atribuição coube ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que realizou uma mobilização nacional, envolvendo vários setores da sociedade, e promovendo a participação dos municípios e estados brasileiros. Desta estratégia surgiu o

novo Plano Nacional de Educação (PNE), que foi aprovado com a publicação da Lei nº 10.172/2001, de 9 de janeiro.

O PNE 2001-2010 possibilitou um levantamento da realidade educacional Brasileira e propôs metas a serem realizadas em diferentes níveis e modalidades dentro de um prazo máximo de dez anos, com o devido acompanhamento e avaliação do processo. Devendo sempre considerar os objetivos estabelecidos no plano:

Em síntese, o Plano tem como objetivos: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Presidência da República, 2001).

Diante desta e de outras mudanças pelas quais o Brasil estava passando, o governo, naquele período, sobre a presidência de Fernando Henrique Cardoso, percebeu a necessidade de ampliar o atendimento às escolas públicas, e em 1995, durante o seu governo, o Ministério da Educação (MEC), através da Resolução nº 12, de 10 de maio de 1995, cria o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE). Mais tarde, este programa viria a chamar-se Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), com a publicação da Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998.

1.2.PROGRAMAS FEDERAIS DE APOIO ÀS ESCOLAS

1.2.1.Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE

Após a promulgação da Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi oficialmente instituído. Este Programa visa, objetivamente, prestar assistência financeira às escolas públicas do ensino fundamental e a escolas de educação especial, conforme pode ser observado no artigo 8º

Fica instituído, no âmbito do FNDE, o Programa Dinheiro Direto na Escola, com o objetivo de prestar assistência financeira às escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas de educação especial qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, observado o disposto no art. 10 desta Medida Provisória (Presidência da República, 1998).

Este programa é responsável por várias ações. Tem como objetivo a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, e contribui para elevar os índices de desempenho da educação básica e incentivar o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social.

Até 2008, o programa contemplava apenas as escolas públicas de ensino fundamental. Em 2009, com a edição da Medida Provisória nº 455, de 28 de janeiro de 2009 (transformada posteriormente na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009), foi ampliado para toda a educação básica, passando a abranger as escolas de ensino médio e da educação infantil, assim como os polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Em 2012, através da Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, especifica que o apoio à UAB, através da

CAPES, se destina aos polos presenciais que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica (Presidência da República, 2012). Em 2013, com a publicação da Resolução nº 10 de 18 de abril de 2013, o PDDE é reafirmado, no artigo 2º, como um Programa que proporciona recursos financeiros, não apenas a escolas públicas e a escolas privadas de educação especial, mas também a polos presenciais da Universidade Aberta do Brasil que proporcionem formação aos profissionais da educação básica. Percebe-se, aqui, também uma preocupação com a melhoria das infra-estruturas físicas e pedagógicas e com a promoção da gestão democrática e o exercício da cidadania.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) consiste na destinação anual, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas, e privadas de educação especial, que possuam alunos matriculados na educação básica, e a polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica, com o propósito de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento e para a promoção de melhorias em sua infra-estrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social (Ministério da Educação, 2013b).

Conforme refere o artigo 8º de 18 abril de 2013, para a transferência dos recursos não é necessário a celebração de convênio ou instrumento congênere, a transferência ocorre de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse. Os recursos devem ser destinados a melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino, sendo empregados na aquisição de material permanente, na realização de pequenos reparos, adequações e serviços necessários à manutenção, conservação e melhoria da estrutura física, na aquisição de material de consumo, na avaliação de aprendizagem, na

implantação de projeto pedagógico e no desenvolvimento de atividades educacionais.

Este programa tem como parceiros as Entidades Executoras (EEx), que são as prefeituras municipais e secretarias distritais, que recebem o recurso pelas escolas que não possuem UEx ou dos polos presenciais da UAB a ela vinculados; as Unidades Executoras (UEx), também denominadas de conselho escolar ou associação de pais e mestres, que devem ser entidades privadas sem fins lucrativos, e que representam as escolas públicas e os polos presenciais da UAB, sendo integradas por membros da comunidade escolar e também as Entidades Mantenedoras qualificadas como beneficente de assistência social ou representantes das escolas privadas de educação especial. Todas são responsáveis pelo recebimento dos recursos destinados pelo programa assim como pela execução e prestação de contas desses recursos (Ministério da Educação, 2013b).

A maioria das escolas que compõem a educação básica no município e que possuem mais de cinquenta alunos matriculados, requisito necessário para a instituição da Unidade Executora, podem constituir a sua UEx e ficar apta a receber os recursos. Às escolas que possuem até cinquenta alunos, sua instituição é facultada, porém recomendada pela resolução.

Em caso de dúvidas sobre como realizar a composição da Unidade Executora o FNDE disponibiliza em seu sítio eletrônico um Manual de Orientação para Constituição de Unidade Executora Própria (UEx) que podem ser usadas como referência para essa ação (Ministério da Educação, 2009a).

O cálculo do valor do montante a ser repassado anualmente para as escolas ou polos, será calculado pela soma do valor fixo, definido por estabelecimento de ensino conforme o tipo e a localização da escola a ser beneficiada, com o valor variável per capita, conforme o número de alunos matriculados no estabelecimento e obedecendo aos parâmetros os "Valores Referenciais de Cálculo para Repasses do PDDE" conforme tabela abaixo. Na tabela seguinte são demonstrados, a título de exemplo, os valores fixos e

valores per capita em reais (R\$), utilizados no cálculo dos repasses do PDDE básico.

Tabela 1 - Tabela com os valores que servem de cálculo para o repasse dos recursos conforme a Resolução nº 10, de 18 de abril de 2013

VALORES REFERENCIAIS DE CÁLCULO PARA REPASSES DO PDDE	
Valor Fixo/ano (VF/a) = R\$ 1.000,00	Valor Per Capita/ano (VPC/a) = R\$ 20,00
Escola pública urbana com UEx: 1 x VF/a	Alunos de escolas urbanas ou rurais com UEx: 1 x VPC/a
Escola pública rural com UEx: 2 x VF/a	Alunos de escolas urbanas sem UEx: 2 x VPC/a
Escola privada de educação especial: 1 x VF/a	Alunos de escolas rurais sem UEx: 3 x VPC/a
Polo presencial da UAB: 3 x VF/a	Alunos público alvo da educação especial em escola pública: 4 x VPC/a
	Alunos de escola privada de educação especial: 3 x VPC/a
	Alunos de polos presenciais da UAB: 1 x VPC/a

Tabela 2 - Tabela com a demonstração dos valores fixos e valores per capita em reais (R\$), utilizados no cálculo dos repasses do PDDE básico

Especificação	Valor Fixo (R\$)	Valor per capita (R\$)
Escola pública urbana com UEx	1.000,00	20,00
Escola pública rural com UEx	2.000,00	20,00
Escola privada de educação especial	1.000,00	60,00
Escola pública urbana sem UEx	-	40,00
Escola pública rural sem UEx	-	60,00
Público alvo da educação especial em escola pública	-	80,00

Para facilitar o recebimento do recurso pelas Unidades Executoras, a partir do ano de 2013 as Secretarias Estaduais de Educação e Prefeituras Municipais que já tinham aderido ao PDDE em anos anteriores, por meio do sistema PDDEweb, foram dispensadas de realizar esse procedimento anualmente para que fosse possível agilizar a transferência dos recursos financeiros.

Podemos demonstrar, segundo dados do FNDE os valores repassados no período de 2009 a 2014 o que comprova o montante investido e encaminhado diretamente para os estabelecimentos de ensino do país, beneficiando diretamente milhões de estudantes, proporcionando uma melhora significativa na qualidade do ensino local.

Tabela 3 - Tabela com o demonstrativo de Execução do PDDE Básico e Ações de 2009 a 2014

Exercício	Valor repassado	Nº de escolas
2009	1.143.253.575,00	114.017
2010	1.426.711.942,36	117.786
2011	1.501.121.385,04	116.593
2012	2.037.644.837,56	116.593
2013	2.652.573.903,00	133.479
2014	2.499.401.135,46	134.354

Quando os estabelecimentos de ensino seguem as orientações devidas, constituem suas Unidades Executoras, mantêm suas informações no Censo escolar atualizadas, fazem seu cadastro no PDDEweb, condições necessárias para permitir o recebimento do recurso e as Unidades Executoras por sua vez realizam suas prestações de contas anualmente organizando a documentação necessária que comprove as despesas como: ata de planejamento, três pesquisas de preço, planilha de consolidação de preço, cópia dos comprovantes de pagamentos e dos documentos comprobatórios como notas fiscais e recibos, entre outros, ficam aptas a receber os recursos referentes ao programa (Ministério da Educação, 2011).

Toda essa documentação é analisada pelo setor de Programas e Projetos, da Secretaria Municipal de Educação, responsável entre outras ações pelo acompanhamento e análise das prestações de contas das Unidades Executoras do Município. Após essa primeira análise, as prestações são encaminhadas para o setor de Convenio na Prefeitura Municipal da cidade, caso seja constatado alguma irregularidade, este setor informa ao FNDE, a relação das escolas que estão adimplentes e a relação das escolas que estão

inadimplentes com a devida justificativa. A escola considerada inadimplente fica impossibilitada de receber qualquer recurso do PDDE.

A escola que estiver apta para receber o recurso pode verificar sua liberação pelo governo federal através do sitio do FNDE no link PDDE - Consulta e ter acesso a Relação de Unidades Executoras Atendidas pelo PDDE – PDDEREx, onde os valores liberados aparecem de acordo com a classificação de despesas em custeio e capital, facilitando assim o planejamento das despesas.

A importância de realizar esse acompanhamento referente aos recursos liberados, facilita a execução dos mesmos, pois o PDDE com o decorrer dos anos tornou-se o principal programa do Governo Federal por onde são viabilizados os outros programas que complementam as ações do governo em diferentes áreas como: Escola Acessível, Mais Educação, PDE Escola, Mais Cultura e outros.

E as escolas precisam se organizar pois gerenciam pelo menos de um a dois recursos de programas distintos, chegando algumas escolas a gerenciar até quatro programas de uma vez, o que implica em uma conta corrente para cada programa, cheques específicos para o pagamento das despesas e prestações de conta distintas que devem ser entregues ao final de cada ano pela escola.

Atualmente o Governo Federal aprimorou uma plataforma de trabalho, chamada PDDE Interativo. Em 2011 esta ferramenta recebia o nome de PDE Interativo e era disponibilizada apenas para as escolas que haviam sido priorizadas para participarem do programa PDE Escola. A partir de 2014 recebe o nome de PDDE Interativo por agregar diferentes programas conforme esclarece o manual disponível para esse fim.

Em 2014, o PDE Interativo passará a se chamar PDDE Interativo. Essa mudança de nome é parte do esforço de convergência de programas que trabalham sob a égide do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para uma plataforma única: o PDDE Interativo. Este ano, farão parte do sistema os seguintes programas do MEC: PDE Escola, Atleta na Escola, Ensino Médio Inovador

(PROEMI), Mais Educação, Escolas do Campo, Escolas Sustentáveis e Água na Escola (Ministério da Educação, 2014a).

O PDDE interativo é uma ferramenta de apoio à gestão escolar e está disponível para todas as escolas públicas, desde 2012, independente do repasse ou não de recursos federais. Foi desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com as secretarias estaduais e municipais, cujo principal objetivo é “auxiliar a comunidade escolar a produzir um diagnóstico de sua realidade e a definir ações para aprimorar sua gestão e seu processo de ensino e aprendizagem.” (Ministério da Educação, 2014a, p. 4). E ainda,

Facilitar a adesão de diretores escolares aos programas do MEC, centralizando informações relativas às diferentes ações (como prazos, listas de escolas prioritizadas e informações de login); e fomentar a participação da comunidade escolar nas decisões sobre a destinação dos recursos PDDE, condicionando o recebimento desses recursos à elaboração da metodologia de planejamento participativo do PDDE Interativo (Ministério da Educação, 2014a).

Todos esses programas juntos têm o objetivo de melhorar a qualidade do ensino nas escolas públicas: cada um atende a uma área específica, alguns programas estabelecem parâmetros para que as escolas possam ser atendidas prioritariamente como o PDE Escola e Escola Acessível por meio de uma relação disponibilizada pelo Ministério da Educação, enquanto que outros a própria escola escolhe aderir ou não ao programa por meio da plataforma citada acima, como ocorre com o Mais Educação e Educação do Campo. Apesar da plataforma agregar uma variedade de programas, alguns ainda ficaram de fora, o que mesmo assim não impede o acesso das escolas.

1.2.2.Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE Escola

O PDE Escola foi criado com o objetivo de melhorar a gestão escolar, a qualidade do ensino e a permanência das crianças na escola. É um programa que tem por característica principal o aperfeiçoamento da gestão escolar democrática. Lançado no país em 2007 juntamente com o Decreto nº 6.094, que dispõe sobre o “Plano de Metas Compromisso todos pela Educação”, busca auxiliar a escola a realizar um planejamento estratégico, a partir do diagnóstico da escola e da identificação dos desafios a serem superados para que possa com base em dados, implementar ações que deverão compor o Plano de Ação da Escola. Este plano deverá ser elaborado com a participação da comunidade escolar, e encaminhado para análise da Secretaria, que por sua vez, encaminhará para o MEC para validação e somente depois de analisado e aprovado é feita a solicitação do pagamento dos recursos ao FNDE.

De acordo com a última resolução que norteia a utilização deste recurso, estabelece alguns critérios para o recebimento do mesmo como:

I.IDEB alcançado em 2011 tenha sido igual ou inferior a 3,6 nos Anos Iniciais ou 3,2 nos Anos Finais; ou II.IDEB referente a 2011, dos anos iniciais ou finais, ainda que possuam índices superiores aos mencionados no inciso anterior, figure entre os 5% mais baixos resultados da rede de ensino do ente federado;

Parágrafo único. São passíveis de atendimento as escolas que se enquadram nos requisitos supracitados e que não tenham sido beneficiadas com repasse de recursos da ação no biênio 2011/2012, desde que as Entidades Executoras (EEx), às quais estejam vinculadas, tenham aderido ao Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” e as escolas tenham tido aprovado seu planejamento para implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola, por intermédio do sistema PDDE Interativo, disponível no endereço eletrônico <http://pdeinterativo.mec.gov.br>, com vistas a favorecer a melhoria da gestão escolar (Ministério da Educação, 2013d).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP para medir a qualidade do ensino básico brasileiro. O IDEB é medido a cada dois anos em uma escala que varia de zero a dez, seu índice é calculado através de dois conceitos, a aprovação escolar, obtida através dos dados do Censo Escolar e pelo desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática, definido a partir dos resultados da Prova Brasil¹ realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica-SAEB. As metas de projeção para o Brasil variam de acordo com os quadros abaixo:

Tabela 4 - Tabela com as metas para os anos iniciais do ensino fundamental. Os resultados destacados em negrito referem-se ao IDEB que atingiu a meta. Fonte: INEP

	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0
Dependência Administrativa										
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8

¹ Prova Brasil: são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

Tabela 5 - Tabela com as metas para os anos finais do ensino fundamental. Os resultados destacados em negrito referem-se ao IDEB que atingiu a meta. Fonte: INEP

	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	3.5	3.7	3.9	4.4	5.5
Dependência Administrativa										
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	3.3	3.5	3.8	4.2	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	3.1	3.3	3.5	3.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	5.8	6.0	6.2	6.5	7.3
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	3.3	3.4	3.7	4.1	5.2

Tabela 6 - Tabela com as metas para o ensino médio. Os resultados destacados em negrito referem-se ao IDEB que atingiu a meta. Fonte: INEP

	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	5.2
Dependência Administrativa										
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.3	3.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.6	5.7	5.8	6.0	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6	4.9

Este programa atende as escolas com baixo rendimento no IDEB. Os recursos são repassados por dois anos consecutivos e destinam-se a auxiliar a escola na realização das ações dos planos validados pelo MEC. Os valores transferidos para as Unidades Executoras são baseados no número de matrículas do Censo Escolar do ano anterior e de acordo com as faixas definidas na resolução.

Segundo Dermeval Saviani (2007), em seu artigo intitulado “O Plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC” são dois os pilares que sustentam o PDE, o técnico e o financeiro.

Do ponto de vista técnico, o PDE se apóia em dados estatísticos referentes ao funcionamento das redes escolares de educação básica e em instrumentos de avaliação construídos a partir de indicadores do aproveitamento dos alunos e expressos nas provas aplicadas regularmente sob coordenação do INEP, a partir dos quais foi elaborado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (SAVIANI, 2007, p. 1245).

Este índice é utilizado para definir metas e orientar as ações que poderão elevar a qualidade do ensino brasileiro durante um longo período, a cada etapa progressivamente programada até o ano de 2022, cujo intuito seria o alcance da média 6,0 pelas escolas brasileiras, índice obtido pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que faria com que o Brasil entrasse para o seletor grupo dos 20 países com maior o desenvolvimento educacional do mundo.

Do ponto de vista financeiro, os recursos básicos com que conta o PDE são aqueles constitutivos do FUNDEB, aos quais o MEC se propõe a adicionar, em 2007, um bilhão de reais visando a atender prioritariamente os mil municípios com os mais baixos níveis de qualidade aferidos pelo IDEB (SAVIANI, 2007, p. 1246).

Entretanto como nos afirma Saviani, o FUNDEB representa um considerável avanço pois amplia o seu raio de ação para toda a educação

básica, mas não representa um aumento significativo de investimentos na educação pois houve um aumento no número de alunos atendido que não foi proporcional ao volume de capital investido. “Em suma, o FUNDEB é um fundo de natureza contábil que não chega a resolver o problema do financiamento da educação. Representa um ganho de gestão; porém, não um ganho financeiro.” (Saviani, 2007). Mas se esses recursos forem bem aplicados podem contribuir para uma melhoria da qualidade educacional brasileira.

A construção do Plano de Ações Financiáveis-PAF, uma das últimas etapas da construção do PDE, contém dois tipos de ações: as ações não financiáveis e as ações financiáveis. As primeiras não precisam aguardar a aprovação do PAF e podem ser executadas logo após a aprovação do PDE. Já as ações financiáveis devem respeitar o limite de setenta por cento para custeio² e trinta por cento para capital³ isso implica dizer que as ações elaboradas devem estar voltadas na sua maioria para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem do aluno e aguardar a aprovação tanto do Comitê Estratégico do PDE da Secretaria de Educação, quanto pelo setor responsável no Ministério da Educação pelo PDE Escola.

Após a aprovação do plano, caso a escola entenda que é necessário realizar uma mudança nas ações, a mesma deverá reunir o Conselho Escolar para definir as mudanças e após discussão encaminhar para o Comitê Estratégico que tem a autonomia para validar ou não a mudança da ação. Devendo ser

² Custeio: Recursos de custeio são aqueles destinados à aquisição de bens e materiais de consumo e à contratação de serviço para a realização de atividades de manutenção, necessários ao regular funcionamento da escola (Manual de Orientações Básicas do PDDE/2003). Exemplos: 1. Papel, cartolina, material de limpeza, giz, tinta de parede, fita de vídeo virgem, material para manutenção e reparo das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias (fios, tomadas, interruptores, canos, conexões etc). 2. Contratação de serviços para realização de pintura do prédio, reparos nas instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, e reparo de equipamentos, desde que não sejam contratados servidores que tenham vínculo com a administração pública de qualquer esfera de governo

³ Capital: Recursos de capital são aqueles destinados a cobrir despesas com a aquisição de equipamentos e material permanente para as escolas, que resultem em reposição ou elevação patrimonial (Manual de Orientações Básicas do PDDE/2003). Exemplo: aquisição de bebedouro, fogão, armário, ventilador, equipamento de informática, retroprojetor, projetor de slides, geladeira, mimeógrafo etc

encaminhado para o setor responsável um documento solicitando um ajuste no plano, cabendo a este Comitê emitir um parecer de ajuste favorável ou não.

E enquanto este recurso não estiver sendo utilizado deverão ser obrigatoriamente aplicados, seja em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, conforme a resolução §5, Art. 18, da Resolução 04 de 17 de março de 2009. Quanto a prestação de contas, deve seguir as mesmas orientações do PDDE, inclusive o prazo de entrega.

1.2.3. Programa Mais Educação

No Brasil, desde a primeira metade do século XX é possível perceber as tentativas de implementação da educação integral por meio de diferentes movimentos sejam eles por influência religiosa, movimentos sociais ou personalidades intelectuais como Anísio Teixeira, um dos mentores do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Ele defendia uma educação que deveria desenvolver todas as habilidades possíveis como a leitura, a matemática, as ciências, as artes, a música, a educação física e ainda proporcionar uma alimentação saudável para as crianças (Ministério da Educação, 2009c).

Em 1950, na cidade de Salvador, na Bahia, Anísio Teixeira implantou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, realizando nesse centro, atividades escolares fundamentadas no seu ideal de educação, onde nas chamadas Escolas–Classes, os alunos tinham as aulas consideradas convencionais como nas demais escolas e na Escola Parque o tempo de aprendizado era destinado as atividades diversificadas que complementavam o desenvolvimento da criança como a arte, educação física, musica, trabalhos manuais e atividades sociais (Ministério da Educação, 2009c).

Seguindo a linha da educação integral em Brasília na década de 60, outros centros educacionais foram criados tendo como referência a experiência da Bahia. Nesse período Anísio Teixeira atuava como presidente do INEP e juntamente com Darcy Ribeiro e outros celebres da educação foi, a pedido do então Presidente da República Juscelino Kubitschek, convocado para coordenar a comissão que organizou o sistema educacional da capital e que deveria servir de modelo para todo o Brasil (ibidem, 2009c).

Já nos anos 80 Darcy Ribeiro, baseado na experiência com Anísio Teixeira e tendo como arquiteto o Oscar Niemeyer, iniciou a implantação no Rio de Janeiro da educação integral através dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs. Foram construídos aproximadamente quinhentos prédios escolares cuja estrutura permitia abrigar a “Escola Integral em horário integral” (ibidem, 2009c).

A intenção com esses exemplos é de demonstrar que houveram outras experiências voltadas para a iniciativa de implantar a educação em tempo integral em diferentes locais no nosso país e que devido as discussões provocadas por essas e outras iniciativas, o que envolve toda uma discussão política e ideológica, instigou o governo federal a elaborar um programa que pudesse atender a essa demanda.

O Programa Mais Educação foi criado a partir da Portaria Interministerial nº 17/2007 que “visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar”(Ministério da Educação, 2007a) e teve suas ações regulamentadas pelo decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010 que no seu artigo primeiro diz: “O Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral.”(Presidência da República, 2010).

São objetivos do Programa Mais Educação, de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 7.083:

- I - formular política nacional de educação básica em tempo integral;
- II - promover diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais;
- III - favorecer a convivência entre professores, alunos e suas comunidades;
- IV - disseminar as experiências das escolas que desenvolvem atividades de educação integral; e
- V - convergir políticas e programas de saúde, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental, divulgação científica, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, integração entre escola e comunidade, para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico de educação integral. (Presidência da República, 2010)

É uma estratégia do governo federal para a ampliação da jornada escolar nas escolas públicas e a sua organização curricular na perspectiva da Educação Integral. As atividades pedagógicas desenvolvidas a partir do programa visam a possibilidade de uma troca real de conhecimento entre os diversos atores envolvidos no processo, alunos, professores, comunidade, voluntários e outros. Além de uma adaptação do espaço que a escola possui para realizar as suas atividades, assim como o tempo disponibilizado para a realização das mesmas. Implica em mudanças diretas no cotidiano escolar, na relação ensino e aprendizagem e nos próprios paradigmas que envolvem os conceitos relacionados à educação integral.

É uma mudança profunda e lenta, que deve ser vivida pelos atores desse processo e constantemente avaliada. A participação dos governos se torna muito importante pois sem esse apoio seria difícil transpor essa ponte e alcançar de fato a implantação de uma educação que atenda em tempo e espaço de qualidade o período integral.

Seguindo as orientações, a jornada escolar deve ser elevada para sete horas diárias ou trinta e cinco semanais. Atualmente, a jornada consiste em quatro horas diárias ou vinte horas semanais e as atividades devem fazer

relação com o acompanhamento pedagógico e desenvolvimento de atividades culturais (Ministério da Educação, 2013c).

A escolha dos macrocampos e das atividades que serão desenvolvidas pelas escolas é feita na plataforma do PDDE Interativo onde fica disponibilizada a aba para preenchimento dos dados caso a escola atenda a um dos critérios estabelecidos para a adesão. Neste ambiente virtual a escola aceita participar do programa quando confirma o número de alunos que serão atendidos e escolhe as atividades que serão realizadas conforme os macrocampos. Para que seja feita uma escolha adequada ao perfil de cada escola é disponibilizado o Manual Operacional de Educação Integral, nele constam orientações e critérios para a adesão ao programa tanto pelas escolas urbanas quanto pelas escolas do campo, os macrocampos e atividades disponíveis, respeitando a especificidade de cada ambiente, e ainda a sugestão de itens para aquisição que variam conforme a atividade escolhida, a formação das turmas e a participação dos monitores, entre outras informações pertinentes (Ministério da Educação, 2014b).

Os macrocampos disponíveis para as escolas urbanas são: Acompanhamento Pedagógico (obrigatório); Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica; Cultura, Artes e Educação Patrimonial; Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica; Educação em Direitos Humanos; Esporte e Lazer e, Promoção da Saúde (Ministério da Educação, 2014b).

E para as escolas do campo são: Acompanhamento Pedagógico (obrigatório); Agroecologia; Iniciação Científica; Educação em Direitos Humanos; Cultura, Artes e Educação Patrimonial; Esporte e Lazer e, Memória e História das Comunidades Tradicionais (ibidem, 2014b).

Dentro de cada macrocampo existem diversas atividades, o diretor escolar deverá escolher quatro, sendo que obrigatoriamente deverá constar alguma atividade do Acompanhamento Pedagógico. Caso tenha interesse em uma quinta atividade ela deverá ser Esporte da Escola/Atletismo e múltiplas vivências esportivas. O detalhamento de cada atividade, os recursos didático-

pedagógicos e financeiros são publicados no manual específico para a educação integral (Ministério da Educação, 2013c).

A Secretaria de Educação Básica – SEB é a responsável pela coordenação do programa, em parceria com as secretarias estaduais ou municipais de educação. E para que seja possível sua operacionalização, o FNDE o faz por meio do PDDE e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Através do PDDE as escolas recebem o recurso financeiro em uma conta específica para este fim podendo ser utilizado para a aquisição de material, pagamento de transporte, contratação de serviços, ressarcimento de monitores. O valor repassado é para seis meses e varia conforme o número de estudantes matriculados no Censo Escolar do ano anterior e, por meio do PNAE, é destinado para o município um recurso extra para que seja possível a alimentação das crianças beneficiadas pelo programa (Ministério da Educação, 2013c).

Dentro do Programa Mais Educação - PMed são desenvolvidas outras ações como Relação Escola-Comunidade para garantir a abertura da escola nos finais de semana. Ela propõe que a comunidade escolar e do entorno participe de oficinas ou palestra utilizando o espaço escolar “com o objetivo de valorizar a cultura local, atender as demandas específicas da comunidade com realidades diversas e incentivar movimentos locais de organização cidadã e resgate de valores comunitários” (Ministério da Educação, 2014b, p. 33).

Outra ação é o Mais Educação para Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental que visa atender jovens dessa faixa etária e que estão em defasagem idade/ano de escolaridade o grande desafio a ser superado é:

identificar e organizar propostas pedagógicas contemporâneas e adaptáveis às diferentes realidades das escolas públicas localizadas nos mais variados contextos brasileiros, a fim de superar os entraves que impedem a regularização do fluxo escolar deste universo de adolescentes e jovens (Ministério da Educação, 2014b, p. 35).

E o Programa Escolas Interculturais de Fronteira – PEIF, atende as cidades do Brasil que fazem fronteira com outros países. “O objetivo do programa é promover a integração regional por meio da educação intercultural que garanta formação integral às crianças e aos jovens nas regiões de fronteira do Brasil com outros países (Ministério da Educação, 2014b, p. 37).

Implementar essa nova jornada da educação integral em todo o país é um grande desafio para os governantes nas mais diferentes esferas, para os gestores educacionais, professores e comunidade local, pois instiga uma mudança de ação e percepção da educação básica ofertada e da importância dessa política pública que está em construção nesse momento e ainda permite a escola enquanto espaço educativo se reinventar para atender as novas necessidades dessa etapa na educação brasileira.

1.2.4. Programa Mais Cultura nas Escolas

A promulgação da Emenda Constitucional nº 71/2012, que acrescenta o artigo 216-A à constituição, permitiu ao Ministério da Cultura instituir o Plano Nacional de Cultura com cinquenta e três metas e elaborar o documento básico do Sistema Nacional de Cultura – SNC que foi aprovado pelo Conselho Nacional de Política Cultural.

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais (Presidência da República, 2012).

Ao instituir o Sistema Nacional de Cultura começamos a trilhar um longo caminho em busca da valorização da cultura em nosso país. Até ao ano de

2012 apenas 1.407 municípios, 22 estados e o Distrito Federal haviam se integrado ao SNC através da assinatura do Acordo de Cooperação Federativa. A consolidação deste sistema é um processo de longo prazo como diz João Roberto Peixe, secretário de articulação institucional: “porque envolve a institucionalização de uma política cultural realmente densa e digna de ser chamada de política “pública”, no sentido de envolver a todos, Estado e Sociedade, governantes e governados” (Ministério da Cultura, 2013).

Para tanto este sistema fundamenta-se nos seguintes princípios:

§ 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios: I - diversidade das expressões culturais; II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais; III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais; VII - transversalidade das políticas culturais; VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; IX - transparência e compartilhamento das informações; X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social; XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações; XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura (Presidência da República, 2012).

Na busca pelo reconhecimento da cultura como necessidade básica, à qual todos os brasileiros tenham acesso, o Ministério da Cultura, em parceria com o Ministério da Educação, inicia o Programa Mais Cultura nas Escolas, na perspectiva de promover a integração entre cultura e a educação, onde o espaço escolar se torne o ambiente mais propício para a divulgação da cultura, o acesso e o respeito à diversidade cultural.

Ações que envolvam a melhoria da qualidade do ensino brasileiro é o que move os dois ministérios, implementar uma política que fomente a valorização da cultura regional e local de cada estado ou município, que

incentive a parceria entre universidades, espaços culturais diversos, artistas locais, governos e população é o grande desafio a ser encarado pelos responsáveis pela implementação do Programa Mais Cultura nas Escolas.

Segundo o manual disponibilizado pelo Ministério da Cultura, o programa consiste em uma iniciativa interministerial cuja finalidade é fomentar ações que promovam o encontro entre o projeto pedagógico de escolas públicas contempladas com os Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador e experiências culturais e artísticas em curso nas comunidades locais (Ministério da Cultura, 2014).

As escolas, antes de inscreverem os seus projetos deverão procurar parcerias com grupos locais, seja de dança, teatro, música e outros, ou com instituições que desenvolvam algum tipo de atividade cultural e que tenham interesse em participar no projeto da escola. A intenção é de que aconteça um estreitamento da comunidade escolar com a comunidade artística e a valorização dos diversos tipos de cenários culturais, de tal modo que essa prática se incorpore aos processos pedagógicos desenvolvidos no ambiente escolar. Estabelecer uma relação que envolva responsabilidade e compromisso mútuo com a iniciativa cultural parceira é fundamental para o sucesso do programa.

Dentre os objetivos elencados no manual, reconhecer e promover a escola como espaço de circulação e produção da diversidade cultural brasileira é o ponto de partida para que os alunos, professores e demais parceiros da escola tenham acesso a uma inestimável diversidade cultural existente neste nosso imenso país (Ministério da Cultura, 2014).

O projeto construído em parceria irá compor o Plano de Atividade Cultural que pode apresentar as “mais diversas linguagens artísticas (música, audiovisual, teatro, circo, dança, artes visuais, etc.) e/ ou manifestações da cultura (tradição oral, rádio, culinária, mitologia, vestuário, internet, mímica etc.)”. São modelos ou propostas preexistentes de atividades para serem desenvolvidas. A escola tem total liberdade para criar, inventar, aproveitar,

aperfeiçoar qualquer proposta apresentada, mas deve observar os seguintes preceitos:

1-Dialogar com o projeto pedagógico da escola, evidenciando as trocas de experiências entre os parceiros, bem como as respectivas contribuições potenciais de cada um à realização do Plano de Atividade Cultural; 2-Dialogar com pelo menos um dos eixos temáticos propostos pelo “Mais Cultura nas Escolas”; 3- Desenvolver processos artísticos e culturais contínuos, podendo ser realizadas dentro ou fora do espaço escolar, em comum acordo entre os parceiros, iniciativa cultural e escola; 4-Contribuir para a promoção e reconhecimento de territórios educativos, valorizando o diálogo entre saberes escolares e comunitários e a integração de espaços escolares com espaços culturais diversos (equipamentos públicos, centros culturais, bibliotecas públicas, pontos de cultura, praças, parques, museus e cinemas) (Ministério da Cultura, 2014).

Ao elaborar as atividades, a escola deve estar atenta para que as mesmas estejam relacionadas com um dos eixos temáticos abaixo relacionados, conforme consta no manual:

- Residência de artistas para pesquisa e experimentação nas escolas;
- Criação, circulação e difusão da produção artística;
- Promoção cultural e pedagógica em espaços culturais;
- Educação patrimonial - patrimônio material e imaterial, memória, identidade e vínculo social;
- Cultura digital e comunicação;
- Cultura afro-brasileira;
- Culturas indígenas;
- Tradição oral;
- Educação Museal;

As escolas que participaram no Programa Mais Educação e Ensino Médio Inovador, ao acessar o PDDE-Interativo, poderão inserir seus projetos no Plano de Atividade Cultural e encaminhar via sistema eletrônico, PDDE

Interativo, para secretaria estadual ou municipal, que por sua vez encaminhará para avaliação e parecer dos Ministérios da Educação e da Cultura (Ministério da Cultura, 2014).

O valor do recurso disponibilizado por meio do PDDE-FNDE, será destinado às escolas de acordo com o número de alunos matriculados e registrados no Censo Escolar no ano anterior ao do repasse, através de suas Unidades Executoras ou Conselhos Escolares (Ministério da Educação, 2014c).

Os recursos destinados devem ser empregados respeitando as categorias econômicas de custeio e capital e empregados para: aquisição de materiais de consumo; contratação de serviços culturais necessários às atividades artísticas e pedagógicas; contratação de serviços diversos relacionados às atividades culturais; locação de instrumentos, transporte e equipamentos; e aquisição de materiais permanentes, como consta na Resolução de nº 04, de 31 de março de 2014 (Ministério da Educação, 2014c).

Os valores a serem repassados às escolas deverão seguir a tabela abaixo:

Tabela 7 - Tabela com a demonstração dos valores em reais (R\$), utilizados no cálculo dos repasses do PDDE/Programa Mais Cultura

Nº de Alunos	Valor do Repasse (custeio)	Valor do Repasse (capital)	Valor Total
Até 500	18.000,00	2.000,00	20.000,00
501 a 1.000	18.500,00	2.500,00	21.000,00
Acima de 1.000	19.000,00	3.000,00	22.000,00

Assim que o recurso estiver disponível na conta da UEx ou Conselho Escolar, a escola deve iniciar de imediato o desenvolvimento do Plano de

Atividades, respeitando o prazo estabelecido no cronograma que deve corresponder a seis meses, podendo concluir as atividades no ano seguinte.

Para que seja mantida a qualidade na realização das atividades, a escola deverá realizar o monitoramento e avaliação do Plano de Atividade via sistema eletrônico. As observações feitas através deste monitoramento permitirão que a escola reflita sobre a sua atuação juntamente com a entidade parceira e, caso seja preciso, fazer as adequações necessárias para o bom andamento do programa.

1.2.5. Programa Escola Acessível

Um documento importante que influenciou as decisões políticas brasileiras sobre educação inclusiva é a Declaração de Salamanca, principalmente quanto às discussões referente aos conceitos e políticas sociais voltadas para os alunos com necessidades educacionais especiais.

Consta na Declaração de Salamanca, entre outros, que: “cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios”; “os sistemas educativos devem ser projetados e os programas ampliados de modo que tenham em vista toda gama dessas diferentes características e necessidades”; “o corpo docente, e não cada professor, deverá partilhar a responsabilidade do ensino ministrado à criança com necessidades especiais”, mediante essas colocações compreende-se a necessidade de uma mudança quanto ao modo de pensar as ações educacionais voltadas ao atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais (Ministério da Educação, 1994).

Outro documento que também pode ser considerado como um marco histórico neste sentido foi a Declaração dos Direitos Humanos de Viena (UNESCO, 1998b), que assegura a todos o direito à educação e a declaração

que vem a complementar esta foi a firmada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que no seu terceiro artigo assegura

“As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo” (UNESCO, 1998a, p. 4).

As mudanças para atender às necessidades básicas das pessoas com necessidades educacionais especiais devem acontecer dentro dos ambientes escolares de todo o país, perpassando pelas diretrizes nacionais sobre educação, resoluções e orientações que possam direcionar a escola na difícil tarefa de romper com paradigmas tradicionais e propor ações educacionais que estejam de acordo com as necessidades específicas dos alunos.

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado democrático, como consta no parecer CNE/CEB nº 17/2001, mas um longo caminho foi percorrido entre a exclusão e a inclusão escolar e social.

Até há pouco tempo o atendimento às necessidades educacionais especiais de crianças se davam em escolas e classes especiais separadas da sociedade comum e conseqüentemente entregues aos mais diversos tipos de discriminações e preconceitos. Essa ação favorecia a segregação das crianças que necessitavam de uma atenção diferenciada.

Com o intuito de eliminar os preconceitos e de integrar os alunos portadores de deficiências nas escolas comuns do ensino regular, surgiu o movimento de integração escolar, onde os alunos que apresentavam qualquer característica diferenciada eram encaminhados para as classes especiais para serem preparados e posteriormente integrados as classes comuns, sem com isso que a escola se preparasse para recebê-los (Ministério da Educação, 2001).

A integração total só acontecia se o aluno conseguisse acompanhar o currículo desenvolvido, como a maioria não atingia o objetivo proposto, o que realmente acontecia era o aumento dos excluídos no sistema educacional.

Atualmente, mediante os diversos movimentos favoráveis aos direitos dos que necessitam de atendimento educacional especial, houve uma ruptura com a ideologia da exclusão e o favorecimento de uma política de inclusão. Tanto que a legislação brasileira atual se posiciona pelo atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais preferencialmente em classes comuns das escolas, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino (Ministério da Educação, 2001).

No que diz respeito à educação inclusiva o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Especial e posteriormente sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica, implementou o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que visa disseminar a política de inclusão e apoiar o processo de construção e implementação de sistemas educacionais inclusivos nos municípios brasileiros, promovendo a formação continuada de gestores e educadores das redes estaduais e municipais de ensino (Ministério da Educação, 2005).

Tal projeto permite que as escolas se preparem para trabalhar com as diferenças e que possam oferecer uma educação inclusiva de qualidade, daí a oferta de formação continuada para os educadores da rede pública, uma vez que o objetivo do programa é que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação possam ser atendidos nas classes comuns do ensino regular.

Através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI temos a criação do Programa Implantação de Salas de Recurso Multifuncionais que tem como objetivo apoiar a

organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular,

assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem (Ministério da Educação,2015).

O programa disponibiliza às escolas públicas de ensino regular de todo o Brasil, conjuntos de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado. Cabe ao sistema de ensino, a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para implantação dos equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como, do professor para atuar no AEE (Ministério da Educação, 2010).

Dentre as políticas públicas para o desenvolvimento inclusivo da escola se insere a organização das salas de recursos multifuncionais que são um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação adequada para prestar atendimento aos alunos com necessidades especiais (Ministério da Educação, 2010).

A escola deve articular junto à gestão da sua rede de ensino, as condições necessárias para a implementação das salas de recursos multifuncionais, bem como a definição de procedimentos pedagógicos e a participação dos pais ou responsáveis (Alves, 2006, p. 14).

O profissional que atenderá este aluno além de ter formação adequada deve considerar os diferentes campos do conhecimento, assim como compreender os aspectos relacionados ao estágio do desenvolvimento cognitivo dos alunos, os recursos específicos para sua aprendizagem e as atividades de complementação e suplementação curricular (Ministério da Educação, 2001).

A concepção da educação inclusiva compreende o processo educacional como um todo, logo pressupõe a implementação de uma política reestruturante nos sistemas de ensino que modifique a organização da escola,

de modo a superar os modelos de integração em escolas e classes especiais e assumir definitivamente o modelo de inclusão social.

Para isso a escola deve cumprir sua função social, construindo uma proposta pedagógica que valorize as diferenças, com a oferta da escolarização nas classes comuns do ensino regular e do atendimento as necessidades educacionais específicas dos seus estudantes, sendo iniciado devido aos programas e ações citados.

Relacionado diretamente as salas de recursos está o atendimento educacional especializado (AEE) que é um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade eliminando as barreiras que dificultam a participação dos alunos.

O atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais se caracteriza por ser uma ação do sistema de ensino no sentido de acolher a diversidade ao longo do processo educativo, constituindo-se num serviço disponibilizado pela escola para oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento (Alves, 2006, p. 15).

Segundo o Documento Orientador do Programa Implantação de Salas de Recurso Multifuncionais dentre os estudantes público-alvo do AEE encontram-se:

...alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares: aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica ou aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; alunos com dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos; alunos que evidenciem altas habilidades/superdotação e que apresentem uma grande facilidade ou interesse em relação a algum tema ou grande criatividade ou talento específico (Alves, 2006, p. 16).

O ensino oferecido no atendimento educacional especializado é necessariamente diferente do ensino escolar e não pode caracterizar-se como

um espaço de reforço escolar ou complementação das atividades escolares onde são aplicadas atividades que reproduzam os conteúdos programáticos ministrados nas salas de aulas e sim desenvolver um conjunto de metodologias e procedimentos que estimulem o processo de mediação da apropriação dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento do aluno (Ministério Público Federal, 2004).

O Atendimento Educacional Especializado deve ser oferecido no turno inverso ao do ensino regular para que o aluno não tenha dificuldade de acesso ao ensino comum. É importante destacar que o AEE é garantido por lei, porém ele não é obrigatório. Não sendo obrigatório, o aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e sua família poderão optar ou não pelo atendimento (Ministério Público Federal, 2004).

Em 2008 o Ministério da Educação estabelece a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que ampara os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação a serem atendidos em salas de aulas comuns e a receberem atendimento especializado se necessário.

Anterior a esta política, todo educando que apresentasse alguma necessidade especial era encaminhado para uma escola específica, ficando o mesmo afastado do convívio social comum. Enfim esse momento foi superado e no que se refere a Educação Especial a Lei nº 9.394/96 nos permite um avanço significativo nesse processo histórico de segregação, uma vez que no seu artigo 58 nos diz que esta modalidade escolar deve ser ofertada na rede regular desde a educação infantil.

A educação inclusiva acontece quando a educação especial passa a ser vivenciada no espaço escolar sem distinção, pois em qualquer momento da sua vida estudantil o aluno pode apresentar alguma necessidade especial que deverá ser bem atendida pela instituição educacional. A educação é um direito de todos, respeitar as diferenças significa valorizar a diversidade que é uma das maravilhas em ser humano.

Para que a atendimento ocorra com sucesso os sistemas de ensino devem, conforme orienta o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

Organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações (Ministério da Educação, 2007b, p.12).

Tendo em vista esse contexto o Ministério da Educação realiza diversas ações em favor de diminuir essa segregação secular, entre eles estão a formação continuada para professores, implantação do programa de salas de recursos multifuncionais e o programa de adequação dos prédios escolares para a acessibilidade. Destes, destaque para o último que corresponde ao Programa Escola Acessível.

Mas o que este programa tem de tão especial? Ele permite que os mais afastados municípios tenham condições financeiras para adequar o seu espaço escolar e atender todas as crianças, uma vez que as prefeituras e os estados são incapazes de arcar com essas despesas que são consideradas extras no seu sistema de ensino. Contribuindo para que a evasão e o abandono dos alunos com necessidades especiais não sejam a única alternativa.

Como as escolas em sua grande maioria possuem a Unidade Executora ou Conselho escolar, ficou claro que utilizar o programa do PDDE para destinar recursos para minimizar essa situação atingiria em grande escala esse alunado tão carente de recurso, adequações e atendimento especializado.

Dessa maneira o governo federal através do FNDE, utilizou o PDDE para disponibilizar recursos através do Programa Escola Acessível às escolas que tenham alunos da educação especial em classes comuns registradas no censo

escolar no ano anterior ao atendimento e que tenham sido contempladas com salas de recursos multifuncionais (Ministério da Educação, 2013e).

A finalidade deste programa é promover a acessibilidade e a inclusão escolar de alunos da educação especial que estejam inseridos nas classes comuns, devendo o recurso ser usado exclusivamente para: adequação física dos prédios escolares, o que significa a contratação de serviços para a construção e adequação de rampas, alargamento de portas e passagens, instalação de corrimão, construção e adequação de sanitários para acessibilidade e colocação de sinalização visual, tátil e sonora, aquisição de cadeiras de rodas, bebedouros e mobiliários acessíveis e qualquer outro produto de alta tecnologia assistiva (Ministério da Educação, 2013e).

A escola por intermédio de sua Unidade Executora, será responsável pela gestão deste recurso, que é depositado em uma conta específica para este fim e distribuído conforme a tabela abaixo informada na Resolução nº 19, de 21 de maio de 2013:

Tabela 8 - Tabela com a demonstração dos valores em reais (R\$), utilizados no cálculo dos repasses do PDDE/Programa Escola Acessível

Nº de Alunos	Valor do Repasse (custeio 80%)	Valor do Repasse (capital 20%)	Valor Total
Até 199	6.640,00	1.660,00	8.300,00
200 a 499	8.000,00	2.000,00	10.000,00
500 a 1.000	10.000,00	2.500,00	12.500,00
Acima de 1.000	12.000,00	3.000,00	15.000,00

A escola, por meio do sistema eletrônico com a finalidade de monitoramento por parte do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC), é responsável pela elaboração do Plano de Atendimento no qual constam todas as ações financiadas que serão realizadas pelo programa.

Após a conclusão do Plano de Atendimento, a escola envia para que a Secretaria de Educação correspondente, que avalia o plano e em caso de aprovado remete para a SECADI para análise e parecer. No caso de ser aprovado, a escola será contemplada com o recurso para implementar o plano.

Tanto o programa Escola Acessível, como o Atendimento Educacional Especializado, as Salas de Recursos Multifuncionais e Formação de professores e gestores dentro do universo da educação inclusiva são ações elaboradas pelo governo federal, a fim de concretizar o que orienta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. O que buscamos com essa política é a confirmação do espaço escolar para todas as crianças transformando os sistemas educacionais que antes eram seletistas em sistemas educacionais inclusivos, o que envolve toda uma mudança de pensamento, comportamento, conceitos, ações, iniciativas e reconhecimento da dificuldade a ser superada.

1.3.A ATUAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES

A educação é um dos pilares da sociedade, pelo que sem a educação, o pleno desenvolvimento de uma nação fica seriamente comprometido. Para que a escola apresente um desempenho significativo, para que prepare os jovens para o trabalho e para a vida, é necessário que a gestão aconteça num ambiente de democracia e de participação dos atores do processo

educacional. Dentro do ambiente escolar a instância para o convívio democrático é o Conselho Escolar.

Historicamente, o Brasil passou por várias fases do processo capitalista, incluindo o período da Ditadura Militar onde a maioria dos direitos foram arbitrariamente revogados. Em decorrência desse processo histórico a sociedade brasileira aprendeu o valor de lutar pela reconquista e pela garantia da democracia (Ministério da Educação, 2004a).

Na democracia todos os cidadãos lutam pelos seus direitos e ao mesmo tempo têm o dever de cumprir com os deveres de cidadão, cidadão este que tem o poder de escolher seus representantes no governo assim como tem a responsabilidade de contribuir para uma transformação da sociedade. Dentro desta perspectiva, a escola se apresenta como um espaço para a democratização da sociedade. Os conselhos escolares são a ferramenta que permite a toda comunidade escolar participar e fazer valer os seus direitos e deveres como um exercício da democracia participativa (Ministério da Educação, 2004a).

Para que o Conselho Escolar tenha a sua função reconhecida e respeitada encontra respaldo na legislação brasileira.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 206, inciso VI, define o princípio da gestão democrática do ensino público, na forma da lei, assegurando a todos o exercício da cidadania crítica e consciente (Presidência da República, 1988). O artigo 14, inciso II, da LBD, assegura que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação dos profissionais na elaboração do projeto pedagógico da escola; participação das comunidades da escola e local em conselho escolares ou equivalentes (Presidência da República, 1996).

O Plano Estadual de Educação do Estado do Pará, na meta 19, assegura a efetivação da gestão democrática, no âmbito das escolas públicas e tem por estratégia estimular a constituição e o fortalecimento dos conselhos escolares. (Governo do Estado do Pará, 2015). A lei de nº 8.226/2008 que

define o Sistema Municipal de Educação de Tucuruí, no seu artigo 28, refere que as escolas que compõem este sistema deverão ter em sua estrutura um conselho escolar cujos membros devem ser eleitos diretamente e exercer a função fiscalizadora, deliberativa e consultiva.

Nos municípios, a necessidade de criação de conselhos escolares se intensificou com a implantação dos programas dos governos federais, entre eles o PDDE, que transfere recursos financeiros diretamente para a escola.

Devido ao grande interesse pela implantação dos conselhos escolares o Ministério da Educação decide pela criação, em 2004, do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, cujo objetivo é a implantação e o fortalecimento destes conselhos, visando o estímulo ao desenvolvimento de práticas de gestão democrática para qualificar a participação da comunidade local e escolar na gestão administrativa, financeira e pedagógica da escola. (Ministério da Educação, 2012c).

Para isso, o governo oferece material didático específico e formação continuada, presencial e à distância, tanto para técnicos das secretarias de educação quanto para os conselheiros. São ofertados por meio do programa cursos de extensão, de formação de conselheiros, de oficinas e encontros municipais sobre o tema.

Os conselhos escolares passem a ser um espaço onde é possível vivenciar a democratização da escola pública no momento que permite que ocorra a participação de todos os atores da comunidade escolar e uma reorganização deste espaço no que tange às tomadas de decisão. O conselho escolar passa a ser visto como uma “ferramenta para a consolidação de uma escola democrática, voltada para a construção de cidadãos efetivamente críticos, participantes tanto do universo escolar como da própria sociedade.” (Fernandes & Ramos, 2010, p. 2012).

Nesse sentido o conselho escolar representa a escola, pois as suas decisões estão respaldadas pela representatividade diversificada dos seus participantes, ou seja, “o Conselho será a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista,

deliberando sobre a construção e a gestão de seu projeto político-pedagógico” (Ministério da Educação, 2004d, p. 36). Ele se torna a própria expressão da escola enquanto instrumento de tomada de decisões.

As escolas municipais de Tucuruí ao constituírem seus conselhos recorrem à Secretaria Municipal de Educação, que através do Setor de Programas e Projetos oferece às escolas as orientações necessárias.

Como orientação para as escolas que estão iniciando a implantação do Conselho Escolar ou da Unidade Executora é recomendado que sigam o manual de orientação para a constituição de Unidade Executora Própria (UEX), disponibilizado pelo FNDE. Este documento trata dos procedimentos necessários para a implantação da Unidade Executora, da finalidade, da composição, do funcionamento e da aplicação dos recursos.

Mas o que vem a ser uma Unidade Executora? “É uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que pode ser instituída por iniciativa da escola, da comunidade ou de ambas.” (Ministério da Educação, 2009a, p.03). Muitas são as nomenclaturas utilizadas para denominar uma Unidade Executora como: Conselho Escolar, Caixa Escolar, Associação de Pais e Mestres e outros. Mas o que deve ser evidenciado é a participação de todos os atores envolvidos e que a escola consiga congrega pais, alunos, professores, funcionários e membros da comunidade com representação na composição do conselho (Ibidem, 2009).

No caso do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a nomenclatura adotada é Unidade Executora Própria (UEX), denominação genérica criada pelo Ministério da Educação (MEC) para referir-se às diversas denominações encontradas em todo o território nacional que designa entidade de direito privado, sem fins lucrativos, vinculada à escola (Ministério da Educação, 2009a, p.03).

A Unidade Executora tem como atribuições a administração dos recursos transferidos por órgãos federais, estaduais, distritais e municipais; a gestão de recursos advindos de doações da comunidade e de entidades privadas; o

controle dos recursos provenientes da promoção de campanhas escolares e de outras fontes; o fomento de atividades pedagógicas, da manutenção e conservação física de equipamentos e da aquisição de materiais necessários ao funcionamento da escola; e da prestação de contas dos recursos e passados, arrecadados e doados (Ibidem, 2009). Com essas orientações ficam definidas as atribuições de caráter financeiro que devem ser adotados pelos Conselhos Escolares no momento de gerenciar os recursos provenientes do governo federal. Ressaltando a necessidade de integração entre escola e comunidade e da participação de todos na realização das atividades.

As escolas são orientadas a realizarem uma Assembleia Geral de pais, professores, funcionários e de todos os interessados em participar do desenvolvimento das atividades pedagógicas, administrativas e financeiras da escola, sendo para isso utilizados diversos meios para a convocação dos mesmos como: publicação no jornal local de edital de convocação específico; afixação na escola, em local de fácil acesso e visibilidade, do edital de convocação específico; e envio de correspondência, em forma de convocação (Ibidem, 2009).

Cabe a Assembleia Geral discutir e aprovar o estatuto ou regimento interno da Unidade Executora, eleger e dar posse à Diretoria, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal e lavrar a ata da Assembleia Geral de constituição da Unidade Executora. A Diretoria deverá ser composta por: presidente, tesoureiro, secretário e respectivos suplentes. O Conselho Deliberativo deve ser constituído pelo menos por sete membros assim distribuídos: presidente, secretário e conselheiros. E o Conselho Fiscal deve ter como membros efetivos: um presidente e dois titulares com seus respectivos suplentes (Ibidem, 2009).

Outros procedimentos devem ser observados para que o Conselho Escolar ou Unidade Executora possa exercer todas as suas funções com segurança, respeito e apoio dos participantes.

A elaboração do regimento interno deve respeitar a especificidade de cada comunidade escolar sendo feitas as adaptações necessárias ao modelo de

estatuto apresentado no manual disponibilizado pelo FNDE. As assembleias devem adotar como parte do processo eleitoral a realização de eleições diretas para seus membros. Constituído a Unidade Executora, o presidente deve seguir os passos necessários para sua regularização diante da Receita Federal, uma vez que para receber os recursos oriundos do governo precisa de um CNPJ e do registro do presidente do conselho, como pessoa física responsável pela gestão e execução do recurso e da abertura de uma conta corrente, feita pelo FNDE, para o depósito dos recursos em nome do conselho escolar representante da unidade escolar (Ibidem, 2009).

É com a compreensão da natureza essencialmente político-educativa dos conselhos escolares que estes devem deliberar, também, sobre a gestão administrativo-financeira das unidades escolares, visando construir, efetivamente, uma educação de qualidade social (Ministério da Educação, 2004a).

Cabe aos conselhos no desempenho de suas atividades exercer as funções: deliberativas, quando discutem, debatem e opinam sobre as pautas apresentadas nas reuniões; consultivas ao analisar questões encaminhadas e propor soluções; fiscais ao acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras; e mobilizadora ao promover a participação da equipe escolar e da comunidade local (Ministério da Educação, 2004a).

Cabe ao diretor escolar, e na ausência deste, a qualquer outro representante da escola a iniciativa de organizar a criação dos Conselhos escolares por meio da convocação de assembleias para a eleição dos participantes do conselho. A escolha dos membros deve ser pautada na possibilidade de efetiva participação, da disponibilidade e do compromisso. Os mesmos devem conhecer o regimento interno do colegiado para que tenham clara a definição das suas atribuições e o funcionamento do conselho (Ministério da Educação, 2004a).

A implantação dos conselhos escolares gera vantagens significativas em busca de transformações no cotidiano escolar, como podemos ver a seguir:

- As decisões refletem a pluralidade de interesse e visões que existam entre os diversos segmentos envolvidos;
- As ações têm um patamar de legitimidade mais elevado;
- Há uma maior capacidade de fiscalização e controle da sociedade civil sobre a execução da política educacional;
- Há uma maior transparência das decisões tomadas;
- Tem-se a garantia de decisões efetivamente coletivas;
- Garante-se espaço para que todos os segmentos da comunidade escolar possam expressar suas ideias e necessidades, contribuindo para as discussões dos problemas e a busca de soluções. (ibidem, p 52-53).

O conselho escolar, enquanto espaço de discussão e consolidação de idéias, é um dos campos no qual a autonomia da unidade escolar e a democratização da educação podem acontecer e podem gerar mudanças no cotidiano escolar, devido à participação ativa dos mais variados segmentos nele representados, possibilitando um aprendizado coletivo e a partilha do poder sentida apenas nos espaços onde se constroem uma gestão democrática.

1.4. A GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

O conselho escolar se define ao longo deste trabalho como espaço privilegiado para a realização da gestão democrática por se configurar como o local onde diversos segmentos da escola se reúnem para debater, propor e tomar decisões. Construir um espaço democrático demanda o envolvimento e a participação efetiva dos seus membros, garantir que a “participação dos sujeitos seja efetiva, é requisito fundamental para ser atuante”, como nos afirma Ramos (2014, p. 23).

Pensar a gestão democrática nas escolas públicas implica refletir sobre a história, a política e a cultura do local onde estão inseridas na busca de alcançar a autonomia. Autonomia não significa dizer que estamos sozinhos, e sim configura que suas ações estão “num contexto de interdependência dentro de um sistema de relações” (Barroso, 2013, p. 25). Significa liberdade para que coletivamente possamos pensar, debater, construir, decidir sobre o projeto da escola e sobre a educação que a escola almeja alcançar.

O conceito de autonomia, segundo Barroso, à ideia de empoderamento, de as pessoas se investirem de poder para comandar as suas vidas. Este conceito de autonomia está, nas palavras deste autor

...etimologicamente ligado à ideia de autogoverno, isto é, à faculdade que os indivíduos (ou as organizações) têm de se regerem por regras próprias. Contudo, se a autonomia pressupõe a liberdade (e capacidade) de decidir, ela não se confunde com a “independência”. A autonomia é um conceito relacional (somos sempre autônomos de alguém ou de alguma coisa), pelo que a sua ação se exerce sempre num contexto de interdependência e num sistema de relações (2013, p.25).

Desse modo, entendemos que a autonomia deve ser construída cotidianamente no ambiente escolar e não imposta por decretos, leis ou resoluções, tirando-lhe a sua essência de vir de movimentos onde a participação de todos é requisito básico para a construção da democracia.

Participação efetiva e gestão democrática são fundamentais para que a autonomia escolar seja resultado da construção coletiva e democrática de projetos, na instituição educativa, que venham a atender aos anseios da comunidade escolar (Ministério da Educação, 2004b).

Para que a gestão escolar apresente características democráticas, devemos observar os seguintes princípios: “descentralização – com decisões baseadas no diálogo e na negociação; participação – todos os envolvidos no dia a dia escolar devem participar da gestão; e transparência – toda e

qualquer decisão e ações a serem realizadas devem ter caráter público” (Luiz & Gomes, 2014, p. 22). O desafio da escola pública passa a ser a grande questão no momento. Primeiro pela sua característica em evidenciar a especificidade da realidade do local na qual ela está inserida e em segundo lugar pela sua estreita relação com esta mesma comunidade que representa a “enorme heterogeneidade cultural que caracteriza a sociedade brasileira” (Gutierrez & Catani, 2013, p.86).

Significa dizer que quando falamos de gestão participativa na escola pública vamos estar abordando problemáticas que são inerentes à realidade brasileira onde as desigualdades são latentes e vivenciadas cotidianamente,

...uma relação entre desiguais onde vamos encontrar uma escola sabidamente desaparelhada do ponto de vista financeiro para enfrentar os crescentes desafios que se apresentam e, também, uma comunidade não muito preparada para a prática da gestão participativa da escola, assim como o próprio exercício da cidadania em sua expressão mais prosaica (Gutierrez & Catani, 2013, p.86-87).

Como garantir a participação da comunidade dentro do ambiente escolar? Ela pode ser assegurada pela atuação do Conselho Escolar que carrega consigo a responsabilidade enquanto colegiado de dotar a escola de autonomia, a ponto de ser capaz de elaborar o seu projeto educativo respeitando as suas características históricas, sociais e políticas da sociedade na qual esta inserida.

A gestão democrática, enquanto processo, cria condições para que os atores envolvidos no debate de idéias não apenas participem, mas que atuem com o compromisso necessário para que ela seja de fato efetiva, promovendo uma aproximação entre os membros e conseqüentemente a redução das desigualdes entre eles (Lück, 2009).

A intervenção do governo federal ao disponibilizar programas que viabilizem o recebimento de recursos e que proponham como condição a criação de conselhos escolares ou as chamadas Unidades Executoras como

instrumento de participação da comunidade escolar e local na tomada de decisões coletivas, nos leva a uma linha tênue entre autonomia decretada e autonomia construída, pois a maioria dos gestores ao se depararem com esses recursos tendem a crer que esta seria a verdadeira autonomia, onde lhes é permitida uma certa independência financeira, enquanto que na realidade a autonomia não se detém em apenas um aspecto, o financeiro, mas no aspecto político propriamente dito, no que se refere à, capacidade de tomar decisões coletivamente organizadas, coletivas e comprometidas para encontrar a “resolução dos problemas e desafios educacionais, assumindo a responsabilidade pelos resultados dessas ações” (Lück, 2000, p. 21). Assim, os conselhos se tornam “fundamentais, haja vista que ter autonomia de gestão financeira requer muita responsabilidade dos autores que estão à frente dos processos educativos, seja nos sistemas de ensino, seja nas unidades escolares” (Ministério da Educação, 2004c, p. 81).

Vivemos um momento de busca pela concretização de uma gestão democrática nas escolas públicas, desafio complexo a ser alcançado em todos os seus aspectos. Ao defendermos a gestão democrática, defendemos a participação efetiva e a autonomia construída, onde a escola se torna o local de encontros coletivos que estimulem o pensamento, a discussão, o planejamento, a construção e a execução de ações que culminem na elaboração do seu projeto político-pedagógico e que neste esteja contido o projeto de educação e de escola que a comunidade almeja, sem desconsiderar as normas gerais do sistema de ensino ao qual estão vinculadas.

2. CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO

2.1. PROBLEMA E OBJETIVOS

2.1.1. Problema e sua justificação

A escola pública brasileira tem passado por muitas mudanças nas políticas públicas nacionais, principalmente a partir dos anos 90 como a Conferência de Educação para Todos na Tailândia, em Jomtien, que nos levou a elaborar um dos primeiros planos que definiram metas que garantiriam uma qualidade na Educação.

Neste momento, o Brasil passa a rever as suas leis e planos para que os mesmos possam refletir o desejo por mudanças e melhoria na qualidade da educação, e uma dessas ações foi a implantação do PDDE, que mesmo distante dos grandes centros urbanos, localizada em cidade do interior do estado do Pará, na grande região norte do país, pudemos vivenciar os seus benefícios e também as dificuldades na sua execução.

Pensar a gestão escolar como mera gerenciadora de pessoas ou metas nada mais é do que subjulgá-la, rebaixar a um status secundário no processo educacional, e no momento em que a escola passa a ter a oportunidade de gerir recursos financeiros sem a intervenção direta do governo municipal ou estadual e com as devidas orientações e regras, ela percebe que chegou a hora de refletir sobre o seu papel enquanto agente no processo democrático.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o FNDE, quanto abriu esta porta de comunicação direta com as escolas beneficiadas, o governo federal idealizou um programa capaz de desburocratizar e descentralizar o envio de recursos e permitiu uma melhora na qualidade da educação local,

pois este programa valoriza o conhecimento que a comunidade possui sobre a sua realidade, suas necessidades e anseios, sendo esta a mais indicada para escolher a melhor forma de aplicar e fiscalizar esses recursos.

Durante muitos anos, acompanhando as escolas na sua árdua tarefa de conciliar as suas atividades diárias com a responsabilidade de executar os recursos que chegavam às contas das escolas, passamos a questionar-nos como aconteceria dentro da escola esse processo de conciliação. Haveria realmente uma discussão sobre como utilizar esses recursos, ou essa decisão era na verdade unilateral e solitária? Como é que as pessoas que ocupam os cargos de gestão na escola decidem sobre a utilização dos recursos provenientes dos programas do governo federal? Descobrir se a gestão democrática foi abalada em decorrência de mais um acréscimo de atividade que a escola escolhe receber todo ano é o questionamento a ser investigado.

Diante disso o intuito desta pesquisa se torna pertinente na medida em que evidencia como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) pode influenciar a gestão da escola municipal, uma vez que este programa gera expectativas de avanços democráticos na gestão escolar.

Com base no que espusemos, levantam-se as seguintes questões de partida:

A gestão escolar está preparada para assumir mais esta responsabilidade, a da gestão dos recursos financeiros enviados pelo governo federal? Esta mesma gestão, sabedora das leis e resoluções que norteiam a execução dos recursos deste programa, com que problemas se depara e como executa o programa? Quais as mudanças produzidas na gestão escolar que decorrem da obrigatoriedade de gerir esses recursos federais? Quais os benefícios que este programa proporcionou à comunidade escolar? Em que medida o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) contribui para a gestão democrática da escola municipal?

Tendo por base o problema diagnosticado, e partindo das questões elencadas, formulamos o objetivo para o nosso estudo, que é subdividido em três objetivos específicos que são apresentados de seguida.

2.1.2. Objetivos

Objetivo Geral

Analisar o modo como está a ser implementado o PDDE em duas escolas públicas municipais do Município de Tucuruí, no Estado do Pará, na tentativa de perceber como funciona a Gestão das duas Escolas, como acontece a participação dos conselhos escolares na gestão dos recursos financeiros e qual o contributo que este programa tem dado para o processo de gestão democrática da escola.

Objetivos Específicos

- identificar as dificuldades enfrentadas pelos gestores para executarem os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola;
- identificar os recursos recebidos pelas escolas e sua importância para a implementação das atividades escolares
- compreender como a gestão escolar e o Conselho escolar desenvolvem o PDDE na perspectiva da gestão democrática

2.2. METODOLOGIA

2.2.1. Pesquisa qualitativa

A pesquisa qualitativa apresenta características peculiares como a fonte para a coleta de dados, que é feita diretamente no ambiente natural. “O

pesquisador relaciona-se diretamente com o objeto de estudo e os dados coletados são descritivos, havendo uma maior preocupação com o processo do que com o produto” (Prodanov, 2013, p.70). Esta preocupação implica organização e planejamento, pois como nos esclarece Gressler (2004, p. 90) “pesquisar sem planejamento prévio é difícil até para pesquisadores mais experientes. [...] sob pena de se perder num emaranhado de dados”.

A pesquisa qualitativa na sua essência tem a finalidade de descrever um fenômeno em vez de o explicar, de compreender o fenômeno e não fazer previsões e, em vez de recorrer a um modo generalizado de atuar nas várias situações, ela procura a “possibilidade de extrapolação para situações com contextos similares.” (Ollaik & Ziller 2012, p. 232).

Esse tipo de pesquisa não se preocupa com representatividade numérica e sim com o aprofundamento da compreensão de um contexto social, tornando-se dessa maneira a mais indicada para os estudos dentro das ciências sociais. Quando os investigadores utilizam essa pesquisa eles buscam explicação para o porquê das coisas pois os dados não podem ser medidos enquanto valores, mas podem ser analisados e explicados e para isso o pesquisador se vale de diferentes abordagens (Gerhardt & Silveira, 2009).

O presente estudo utiliza uma abordagem de natureza qualitativa, uma vez que o objeto de estudo será investigado no seu ambiente natural, ou seja, no contexto escolar, e utiliza a análise de conteúdo de documentos diversos, a que nos referiremos mais à frente, assim como a análise de conteúdo de entrevistas aplicadas a dez pessoas que participam no estudo.

O método utilizado nesta pesquisa foi o estudo de caso que pode ser definido da seguinte maneira “[...] é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto” (Prodanov, 2013, p. 60). E por lidar com fenômenos geralmente isolados a postura do pesquisador deve apresentar um grande equilíbrio intelectual e uma boa capacidade de observação aliada a uma análise rigorosa dos dados.

No caso desta pesquisa, o estudo de caso permitiu analisar a implementação o PDDE em duas escolas públicas municipais na cidade de

Tucuruí, no Estado do Pará, na tentativa de perceber como funciona a gestão nas escolas, como acontece a participação dos conselhos escolares e qual o contributo que o programa do PDDE pode dar para o processo de gestão democrática.

2.2.2. Estudo de caso

O estudo de caso é uma metodologia muito usada pelas ciências sociais e que traz consigo uma série de críticas quanto à sua validade do ponto de vista das ciências naturais ou positivista. Entretanto ela nos permite uma maior compreensão do que vem a ser o complexo mundo social, do qual não podemos nos abster enquanto pesquisadores. O estudo de caso, como o próprio nome sugere é uma investigação sobre um grupo, um indivíduo, uma organização, uma comunidade, uma política, um acontecimento, entre outras hipóteses. Para isso examina-se o “caso” em detalhe, no seu contexto natural, respeitando a sua complexidade (Coutinho & Chaves, 2002).

É a estratégia mais adequada quando o objetivo do pesquisador é desvendar “questões do tipo ‘como’ ou ‘porquê’ sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle” (Yin, 2001, p. 28).

O pesquisador durante a elaboração do seu estudo de caso deve respeitar algumas características importantes para essa estratégia metodológica, delimitar as fronteiras do caso a ser investigado de forma clara e precisa, ser um caso sobre um objeto de estudo que deve ser passível de identificação a fim de conferir foco à investigação, ter o cuidado em preservar as características do “caso” em estudo, realizar a investigação no contexto natural e recorrer a diversas técnicas de recolha de dados: observações

diretas e indiretas, entrevistas, questionários, narrativas, registro de áudio e vídeo, documentos e outros (Coutinho & Chaves, 2002).

Como o estudo de caso é uma investigação empírica que “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” (Yin, 2001, p. 32), quando o limite entre o fenômeno e o contexto não estão bem definidos para isso dispõe-se de diferentes instrumentos para a recolha de dados que deverão ser triangulados para que o resultado da pesquisa seja validado.

O estudo de caso vem a ser uma forma distinta de investigar e produzir conhecimento que exige estratégias diferenciadas para a avaliação da qualidade científica (Coutinho & Chaves, 2002). Para isso cabe ao pesquisador realizar seu trabalho com a preocupação de preservar os detalhes mais significativos e relevantes para dar credibilidade a sua pesquisa, e ter o cuidado de não se perder num emaranhado de conteúdos sem significância.

2.3. LOCAL DE ESTUDO E PARTICIPANTES

2.3.1. Local de estudo

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram selecionadas duas escolas públicas municipais do município de Tucuruí, que para efeitos do estudo, e no sentido de garantir o anonimato, são designadas como ‘Escola A’ e ‘Escola B’. Este município localiza-se na região sudeste do estado do Pará e tem uma população que ronda os 107.189 habitantes, segundo o censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE. Neste município há universidades públicas e universidades privadas, escolas de ensino médio, escolas de ensino fundamental, escolas de educação infantil e creches.

Com relação à educação básica, o município integra na sua rede de ensino (pública), conforme o Censo Escolar realizado pelo INEP, quinze escolas do campo, vinte e três escolas de ensino fundamental e onze escolas de educação infantil, sendo nove escolas de educação infantil e duas creches que atendem em torno de 25.637 alunos. Estas escolas recebem apoio técnico e pedagógico da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da Secretaria de Estado de Educação do Pará, representada em Tucuruí pela 16ª Unidade Regional de Educação.

A rede municipal, sob a orientação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, é composta por um total de 49 escolas, conforme pode ser observado na próxima tabela.

Tabela 9 - Quantidade de escolas e sua distribuição de acordo com os segmentos e localização

ESCOLAS	Nº DE ESCOLAS	Nº DE ALUNOS	Nº DE DOCENTES
Escolas do campo	15	2.769	177
Escolas urbanas – educação infantil	11	3.438	203
Escolas urbanas – ensino fundamental	23	19.430	752
Total	49	25.637	1.132

Caracterização da Escola Urbana (Escola A)

A escola A, situada na área urbana, pertence ao segmento do ensino fundamental e atende alunos do 1º ao 5º ano, nos turnos matutino e

vespertino, num total de 299 alunos, distribuídos por 12 turmas: 43 alunos inscritos no 1º ano (2 turmas), 63 alunos inscritos no 2º ano (3 turmas), 66 alunos inscritos no 3º ano (3 turmas), 64 alunos inscritos no 4º ano (2 turmas), e 63 alunos inscritos no 5º ano (2 turmas). A escola, localizada na área urbana da cidade de Tucuruí, no bairro Santa Mônica (na periferia do município), integra pessoas que na sua maioria são de baixa renda.

A escola apresenta uma estrutura física adequada à faixa etária dos alunos. Tem 6 salas de aulas, 1 sala multifuncional, 1 sala de atividade complementar, 4 banheiros para os alunos, 1 sala dos professores, 1 sala da diretoria, 1 sala de secretaria, 1 pátio coberto e 1 cozinha.

A equipe de docentes é constituída por 17 profissionais, sendo 1 professor responsável pelo atendimento educacional especializado, em sala específica (a Sala de Recursos Multifuncionais), 5 professores são professores-monitores das turmas de atividades complementares do programa Mais Educação (destinado a implantação da educação em tempo integral) e 11 atuam nas salas de ensino regular. A tabela abaixo complementa as informações referente aos docentes.

Tabela 10 - Informações complementares sobre os professores da escola urbana.

Docentes		Escolaridade	
		Nível Médio	Nível Superior
Vínculo	Com contrato	5	7
	Efetivo	0	5
Gênero	Masculino	3	2
	Feminino	2	10
Faixa etária	≥ 35 anos	1	9
	< 35 anos	4	3

A equipe pedagógica e administrativa da escola é constituída por 1 diretora, 1 supervisora, 1 secretário, 1 auxiliar de secretaria, 1 vigilante, 4 zeladores e 3 cozinheiras.

Caracterização da Escola do Campo (Escola B)

A escola B encontra-se sob a orientação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, entretanto está localizada na área rural do município, situada na rodovia Transcamaeté, no km 50. A comunidade local atua basicamente na agricultura de subsistência, onde as terras são divididas em lotes e distribuídos entre as famílias, cujos filhos estudam neste estabelecimento de ensino.

A escola foi construída pela comunidade e a Secretaria entra com a manutenção do prédio, melhorando a parte de sanitário e a construção de um pátio coberto, possui ainda 6 salas de aula, 1 diretoria, 1 cozinha, 2 banheiros, 1 pátio coberto.

Para acompanhar toda a dinâmica de funcionamento desta escola a equipe pedagógica e administrativa se apresenta da seguinte forma: 1 diretor, 23 professores, 1 zeladores e 1 cozinheiras.

A Escola B pertence ao segmento do ensino fundamental e atende alunos do 1º ao 9º ano, nos turnos matutino e vespertino, num total de 180 alunos distribuídos por 09 turmas: 15 alunos inscritos no pré-escolar, 16 alunos inscritos no 1º ano (1 turma), 24 alunos inscritos no 2º ano (1 turma), 29 alunos inscritos no 3º ano (1 turma), 25 alunos inscritos no 4º ano (1 turma), 15 alunos inscritos no 5º ano (1 turma), 18 alunos inscritos no 6º ano (1 turma), 18 alunos inscritos no 7º ano (1 turma), 11 alunos inscritos no 8º ano (1 turma) e 9 alunos inscritos no 9º ano (1 turma) segundo dados do Educacenso, ano de 2015.

A equipe de docentes é constituída por 23 profissionais, sendo 5 professores-monitores das turmas de atividades complementares do programa Mais Educação (destinado a implantação da educação em tempo integral) e 18 atuam nas salas de ensino regular. O quadro abaixo complementa as informações referente aos docentes:

Tabela 11 - Informações complementares sobre os professores da escola do campo.

Docentes		Escolaridade	
		Nível Médio	Nível Superior
Vínculo	Com contrato	8	12
	Efetivo	0	3
Género	Masculino	3	10
	Feminino	5	5
Faixa etária	≥ 35 anos	5	8
	< 35 anos	3	7

2.3.2.Participantes

Participaram no estudo dez indivíduos, pertencentes às duas escolas. Destes dez participantes, quatro assumem funções de gestão escolar e seis Conselhos Escolares ou UEx, das respectivas escolas.

Para efeitos de anonimato, os entrevistados tomam a designação de 'A' ou 'B', conforme pertençam à Escola A ou à Escola B.

Os sujeitos participantes que integram a gestão escolar, num total de quatro, são todos pertencentes ao quadro de servidores da prefeitura municipal, e são:

- Diretor A – pedagoga, diretora, 60 anos.
- Coordenador A - pedagoga, supervisora, 54 anos.
- Diretor B – pedagogo, diretor, 49 anos.
- Coordenador B - pedagoga, supervisora, 67 anos.

Os sujeitos participantes dos Conselhos Escolares ou UEx⁴ foram os seguintes:

- Presidente A - pedagogo, professor, segundo mandato no conselho, 40 anos.
- Mãe A - ensino médio, mãe de uma menina de 10 anos, residente no bairro a 10 anos, 35 anos.
- Professor A - pedagoga com especialização em neuropsicopedagogia, professora, 48 anos.
- Presidente B - ensino fundamental, mãe, residente na comunidade a 16 anos, segundo mandato no conselho, 39 anos.
- Mãe B - ensino fundamental, mãe de um menino de 7 anos, residente na comunidade a 8 anos, 32 anos.
- Professor B – pedagoga, professora, 44 anos.

⁴ O Conselhos Escolares ou Uex são compostos por um presidente, um tesoureiro e um secretário, que são eleitos em assembleia (eleição direta) e exercem um mandato de dois anos, podendo haver uma recondução por igual período

2.4. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS

A pesquisa foi desenvolvida em duas fases. Na primeira fase, a fase inicial, procedemos ao levantamento bibliográfico sobre o tema central do estudo que ocorreu em dois momentos: no primeiro houve o levantamento de diversas produções teóricas acerca da temática onde foram utilizadas obras de autores nacionais e internacionais, consultados através de livros, artigos, periódicos, leis, resoluções, dissertações e teses e no segundo momento uma leitura e sistematização dos conceitos e idéias dos autores que foram estudados o que nos deu o aporte necessário para analisar as possíveis mudanças na gestão dos estabelecimentos de ensino brasileiro. Na segunda fase, familiarizamo-nos com o objeto de estudo e escolhemos as técnicas mais adequadas à investigação, através da realização de uma pesquisa exploratória que levamos a cabo nas duas unidades de ensino públicas. Esta nossa opção encontra suporte na posição de Severino (2007), que refere que “a pesquisa exploratória busca (...) levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestações desse objeto” (p. 123).

Foi possível verificar a atuação da Gestão Escolar e do Conselho escolar no desenvolvimento do programa Dinheiro Direto na Escola, de maneira a compreender como os participantes se organizam para a tomada de decisões sobre o assunto em questão, apontar as possíveis dificuldades enfrentadas pela escola durante a utilização dos recursos recebidos dos programas federais, conhecer os recursos recebidos pelas escolas e a sua importância para a implementação das atividades escolares. Então, buscou-se conhecer e analisar o manual de constituição das UEx que serve de apoio para a constituição dos Conselhos Escolares responsáveis pela execução dos recursos, os planos elaborados pelas escolas que são inseridos na plataforma do PDDE Interativo e que são pré-requisito para o recebimento dos recursos. Para tanto, foram analisadas as atas de reuniões, cópias dos processos de prestação de contas, que inclui os extratos das contas bancárias referente aos

recursos recebidos, as planilhas de receita e despesa, demonstrativo de bens adquiridos, as planilhas de pesquisa de preço, notas fiscais, recibos e cópia dos cheques, todos esses materiais foram reunidos e analisados, pois são documentos comprobatórios do recebimento e execução dos recursos recebidos através do PDDE.

A fim de ampliar a percepção acerca da implantação do PDDE nas escolas públicas, foi utilizado como técnica a análise documental de leis e resoluções emitido pelo Governo Federal para orientar as Secretarias Municipais de Educação e por consequência as escolas na preparação, organização e execução dos recursos enviados para as escolas, assim como dos manuais e textos informativos sobre a constituição das Unidades Executoras ou Conselhos escolares e também dos planos e atas que representam a organização e o pensamento de cada instituição de ensino sobre o objeto de estudo. Esta técnica permite “a identificação, levantamento, exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes e que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho.” (Severino, 2007).

A entrevista do tipo estruturada foi utilizada para obtenção de dados junto aos sujeitos participantes da pesquisa, por apresentar características como padronização de questões, cujos parâmetros são pré-estabelecidos. Como ela segue uma estrutura bem definida, permite esclarecimentos dentro dos limites, são utilizadas as mesmas perguntas a todos os entrevistados. Uma das vantagens desse tipo de entrevista é a facilidade em classificá-la e por consequência uma análise mais precisa dos dados. (Gressler, 2004).

A entrevista aplicada aos diretores e coordenadores pedagógicos das escolas selecionadas e aos membros dos Conselhos Escolares que são: o presidente ou tesoureiro, representante de pai de aluno e representante de professor, tem a finalidade de compreender a relação entre a gestão escolar e a participação dos conselheiros escolares na gestão dos recursos financeiros e qual a contribuição o PDDE para a gestão democrática. O registro das entrevistas foi feito através da gravação de áudio e vídeo, o que permite uma

melhor percepção dos gestos, expressões faciais alterações por parte do pesquisador. As entrevistas voltadas para os representantes do Conselho Escolar, assim como as que foram destinadas para a Direção Escolar, possibilitaram identificar as dificuldades enfrentadas pelos gestores para a execução dos recursos, quais são os recursos recebidos pela escola e buscar compreender como a gestão escolar e o Conselho Escolar desenvolvem o PDDE na perspectiva da gestão democrática.

As entrevistas foram transcritas logo após a sua realização e os dados recolhidos foram tabulados de modo a facilitar a verificação das semelhanças e relações entre os dados que, depois de organizados, contribuem para a análise e compreensão das informações obtidas.

2.5. TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS

Os dados recolhidos durante a investigação constituem um material a ser tratado de maneira que seja possível a análise do conteúdo por meio da organização e seleção dos dados que foram obtidos através do levantamento bibliográfico e da pesquisa exploratória. A apropriação destas informações por meio de livros, documentos, resoluções, artigos, atas durante o processo de investigação possibilitou uma ampliação do assunto estudado, assim como a verificação *in locu* das escolas que participam neste estudo, tanto quanto a possibilidade de análise do ambiente escolar e dos atores participantes da pesquisa. Para o tratamento destas informações recorreremos à organização, sistematização, triangulação e análise dos documentos pesquisados.

Quanto aos dados provenientes das entrevistas, que foram transcritas e dadas a ler aos participantes para valorizarem o seu conteúdo, procedeu-se à análise do seu conteúdo e à triangulação dos dados obtidos. A análise individual de cada entrevista permite que seja possível destacar o

pensamento dos participantes, os pontos convergentes e os pontos divergentes.

A imersão no material, a que se refere, Maroy (2005) foi um processo que se prolongou por algum tempo e que nos foi ajudando a compreender com maior profundidade o que íamos encontrando. Esta imersão no material incluiu, naturalmente, a análise em profundidade toda a informação que conseguimos recolher através dos diferentes meios e permitiu melhorar a nossa grelha de análise.

No sentido de se conseguir extrair informação pertinente, procedemos à codificação e comparação sistemática dos dados, tendo por base uma grelha de análise construída à priori e que foi sendo modificada ao longo do trabalho de codificação. Este processo permitiu seleccionar os dados com interesse para o presente estudo e organizá-los de forma a poder ser encontrada resposta para os objetivos definidos para o estudo.

2.6. CONFIABILIDADE E VALIDADE

Durante a realização da pesquisa, seja ela quantitativa ou qualitativa é necessário observar os aspectos referente à sua validade. Na pesquisa quantitativa a validade está diretamente relacionada com a objetividade e com a possibilidade de repetição do experimento, ou seja, para que seja considerada válida qualquer pesquisador que queira reproduzir a pesquisa deverá necessariamente obter o mesmo resultado. Assim a ciência é vista com objetividade e carácter explicativo (Ollaik & Ziller 2012). No entanto, na pesquisa qualitativa é necessário compreender a validade numa outra perspectiva, é necessário “determinar se ela de fato mede verdadeiramente o que o pesquisador se propôs a medir, se seus processos metodológicos são coerentes e se seus resultados são consistentes.” (ibidem, p. 232).

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa onde se dá mais importância ao processo, ao método, a validade interna será referencial no estudo, ou seja, “a validade na pesquisa qualitativa tem envolvido a determinação do grau pelo qual os apontamentos do pesquisador sobre o conhecimento correspondem à realidade que está sendo estudada” (Oliveira e Piccinini, 2009, p. 90). Tendo em conta que este estudo tem o objetivo de perceber como a gestão atua na escola, como os conselhos escolares lidam com a gestão dos recursos financeiros e como o programa do PDDE pode contribuir para o processo de gestão democrática da escola, tornou-se necessário que o processo de validação dos dados seja o mais próximo da realidade, encaixando-se nesse modelo a validade transacional ao potencializar a ação do investigador sobre o objeto investigado, obtendo, assim, dados mais exatos. A validade transacional age na perspectiva micro, como nos relatam, Ollaik e Ziller, quando nos lembram que a questão central está na postura do investigador, isto é, está no modo como o investigador se posiciona e interage com os participantes no estudo e como olha para os dados obtidos, porque é imprescindível compreender os “sentimentos, experiências, valores e opiniões coletados, e a narrativa feita pelo pesquisador sobre eles” (Ollaik e Ziller, 2012, p. 233)

Para que a pesquisa tenha validade é preciso garantir a sua confiabilidade. De entre os diferentes tipos de confiabilidade (quixotesca, diacrônica e sincrônica), o que mais aproxima-se do estudo proposto é a confiabilidade sincrônica porque pesquisa a similaridade de diferentes observações dentro de um mesmo período (Júnior, Leão, & Mello, 2011), porque se refere às similaridades das observações em semelhantes períodos de tempos (...) as particularidades de interesse do observador (Ullrich, Oliveira, Basso, & Visentini, 2012, p. 23)

Dentre os critérios de validade e confiabilidade que asseguram a qualidade à pesquisa qualitativa, foram considerados no processo de tratamento dos

dados: a triangulação dos dados, a reflexividade e o feedback dos informantes (validação comunicativa), conforme aconselham Paixão e colegas (Júnior, Leão, & Mello, 2011).

A triangulação foi conseguida através da análise comparativa das diferentes fontes de dados e da comparação entre os dados obtidos através das várias entrevistas, o que nos permitiu aprofundar a compreensão do fenómeno (Júnior, Leão, & Mello, 2011).

A reflexão sobre o material que ia sendo encontrado foi uma preocupação sempre presente, e a investigadora colocou-se, por vezes, do lado de fora do estudo, por forma a encontrar incongruências ou outras ligações possíveis para o material que ia encontrando. Foi também discutindo este assunto com outro investigador que estava familiarizado com o estudo, mas não diretamente envolvido (Cardoso, 2014). “O carácter reflexivo das pesquisas qualitativas se configura como critério de confiabilidade, pois possibilita articular as proposições de estudos à realidade social onde o mesmo é conduzido.” (Ullrich, Oliveira, Basso, & Visentini, 2012).

O feedback dos participantes também é conhecido como critério de confirmabilidade pois resulta da obtenção direta de dados ou de informações repetidas que o pesquisador tenha obtido durante a realização da pesquisa. A devolução das transcrições aos participantes, foi também um cuidado que tivemos, uma vez que permitiu que confirmassem que tínhamos compreendido bem os que nos haviam dito, ao mesmo tempo que permitiu que alterassem respostas ou acrescentassem os dados que considerassem convenientes. Posteriormente, quando da análise de dados das entrevistas, que decorreu após uma leitura geral das respostas, e que implicou a reorganização de algumas ideias centrais, a investigadora teve sempre o cuidado de manter uma postura ética, manter o significado atribuído pelos

participantes durante o processo da pesquisa, conforme é sugerido por Paiva e colegas (Júnior, Leão, & Mello, 2011).

3. CAPÍTULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentados os dados recolhidos na investigação, que foram analisados à luz de um processo indutivo que teve como foco aprender com o objeto estudado, de forma a conseguir uma percepção tão clara quanto possível do ambiente natural e do contexto no qual o objeto está inserido (Alves & Silva, 1992).

3.1.1. Dificuldades enfrentadas pelos conselheiros e gestores para a execução dos recursos destinados à escola via PDDE

Através da realização das entrevistas foi possível perceber que as principais dificuldades sentidas pelos participantes para a execução dos recursos destinados às escolas, via PDDE, diferem de uma escola para a outra. Enquanto que na escola urbana (escola A) os principais problemas passam por conseguir conciliar horários com os conselheiros por causa das suas ocupações profissionais e outros compromissos diários, na escola rural (escola B) ficou bem claro que são questões de ordem geográfica.

Concretizando um pouco mais, percebemos que a dificuldade em se fazerem reuniões na escola urbana acontece, sobretudo, quando se tratam de reuniões extraordinárias. As reuniões ordinárias são realizadas, embora sem a participação de todos os Conselheiros.

...realizar as reuniões. Por causa das ocupações diárias, fica difícil a realização de reuniões extraordinárias. Conseguimos realizar as ordinárias, mas falta a participação efetiva de todos. (Diretor da escola urbana)

A dificuldade é para reunião extraordinária ou reunião de urgência para resolver alguma pendência. Mas é raro acontecer. (Coordenador da escola urbana)

Na escola rural, por sua vez, os grandes constrangimentos são provocados pela distância de aproximadamente cinquenta quilômetros à cidade. Eles parecem ser muito evidentes. Por exemplo, o diretor falou-nos das dificuldades sentidas quando se torna necessário fazer pesquisas de preços e transferências bancárias, e o Presidente do Conselho Escolar alertou para o facto de haver dificuldade em conseguir transporte, falou da distância à cidade e do tempo que é necessário dispor, quer para realizar as viagens, quer para o próprio processo de análise de preços.

A dificuldade principal é a locomoção dos membros para a cidade quando precisam vir fazer pesquisas de preços e transação bancárias. (Diretor da escola rural)

A dificuldade é porque a gente mora distante da cidade, e tudo o que precisa a gente tem que vir pra cidade. Então quando se trata de vir pra cidade, tudo isso tem um gasto e nós não ganhamos pra isso. O conselho é um trabalho, que a gente trabalha voluntariamente. (...) Então essa é a dificuldade, falta de transporte, a distância e a comunicação e o tempo pra fazer as pesquisas de preço. (Presidente do Conselho Escolar da escola rural)

3.1.2. Necessidades que não são contempladas pelos recursos do PDDE e o quanto desse recurso pode ser suficiente para minimizar as dificuldades das escolas

No decorrer das entrevistas que realizamos, todos os participantes nos disseram que os recursos recebidos pelas escolas são provenientes dos programas implementados pelo governo federal, que tem como meio de transferência direta de recursos para as escolas o PDDE. As duas escolas recebem em comum recursos do PDDE, PDE - Escola e Mais Educação, havendo entre elas a variação de dois programas. No caso da escola urbana, ela tem acesso ao Programa Mais Cultura, enquanto que a escola rural recebe recursos do Programa Escola Acessível, que é conhecido pelos elementos da escola como “acessibilidade”. Essa diferença, encontrada entre as duas escolas estudadas, ocorre por causa da própria especificidade das escolas. A definição do tipo de Programa a implementar tem por base a análise que o Governo faz a partir das informações inseridas no Censo Escolar e no PDDE Interativo.

Esta pesquisa permitiu perceber que, apesar do Programa PDDE ser essencial para a manutenção das atividades cotidianas das escolas, ainda há algumas necessidades que não são contempladas pelos recursos do PDDE. A escola urbana enfatizou que as limitações impostas pelas especificidades de cada programa impedem que outras necessidades, mais urgentes, possam ser atendidas. Há uma efetiva vinculação ao que está estipulado para cada item, não podendo, por isso, serem feitas aquisições que vão para além do que está regulado.

... Há necessidades que devido a limitações legais, não contempla a compra de determinados itens. (Diretor da escola urbana)

... Mas só pode ser comprado o que cabe a cada programa. Não podemos comprar o que não está determinado nas ações dos programas. (Coordenador da escola urbana)

No entanto, e apesar das limitações do PDDE, os participantes destacaram que com este recurso acaba por ser possível minimizar algumas das dificuldades mais imediatas das escolas, como é o caso da aquisição de material de limpeza, de livros, de jogos, de material desportivo, de instrumentos musicais e outros materiais didáticos. Há ainda a possibilidade de se comprarem alguns equipamentos eletrónicos, como por exemplo aparelhos de som, dvd, copiadoras, televisões, entre outros.

A escola rural consegue apresentar uma alternativa para diminuir os constrangimentos causados pelas limitações que são impostas pelo PDDE. Foram-nos referidas despesas com a manutenção da escola e a realização de algumas reparações na sua estrutura física. A alternativa é a procura de parcerias com o comércio local e com os pais, como nos exemplificou a presidente do conselho escolar. A escola recorre ao apoio que a própria comunidade consegue dispensar.

As necessidades são resolvidas dessa forma: em parceria. A gente se junta, vê qual é a prioridade que precisa ser feita urgente na escola e a própria comunidade ajuda (...) Dinheiro não, mas recebe ajuda da comunidade. A comunidade presta muito serviço pra escola. (Presidente do conselho escolar da escola rural)

Mesmo não sendo suficientes, os recursos conseguem cumprir minimamente com o que foi proposto pelo programa, uma vez que a escola vai encontrando soluções alternativas e que, de certo modo, complementam o que o PDDE não consegue suportar. No decorrer da entrevista que fizemos ao Coordenador da escola rural, ela dá-nos conta do grande valor social que está agregado a estas ações que são desenvolvidas junto da comunidade, e que tanto contribuem para que a escola cumpra as suas demandas.

...as crianças aceitaram com muita facilidade, então as ações desenvolvidas, as atividades, deu muito certo e teve um bom aproveitamento (...) veio fazer uma grande mudança na escola. (Coordenador da escola rural)

3.1.3. As vantagens dos programas federais que atendem as escolas por meio do PDDE

A importância dos programas federais é percebida por todos desde o primeiro momento em que as escolas começam a receber os recursos. De entre as vantagens percebidas pela comunidade escolar, podemos mencionar o suporte que os programas dão à gestão escolar, a melhoria da qualidade do atendimento aos alunos, através da compra de material didático, computadores, data-show e outros produtos necessários para o bom funcionamento dos estabelecimentos de ensino, como é o caso do próprio material utilizado para a limpeza dos espaços comuns. Este suporte veio dar um importante contributo para que as escolas cumpram as demandas que a Sociedade Brasileira lhes impõe. A este propósito, o Coordenador pedagógico da escola rural assume que ao serem contempladas com estes programas, as escolas percebem uma melhoria no processo ensino-aprendizagem, conforme indicadores usados pelo Ministério da Educação.

De 2008 pra cá houve uma mudança muito grande no ensino aprendizagem, no índice de desenvolvimento da educação básica das escolas. (Coordenador pedagógico da escola rural)

No entanto, e apesar do muito que o PDDE pode fazer pelas escolas, há sempre mais e mais para fazer. A este propósito, o Presidente da escola rural assume que continuam a confrontar-se com carências que afetam diretamente o desenvolvimento dos educandos. São carências de todo o tipo, são carências sem exceção, como nos referiu.

Até porque a nossa escola é da zona rural, então quando se trata de zona rural tem todas as carências, todas, sem exceção. (Presidente da escola rural)

Apesar das carências sentidas pelas escolas, mais por uma do que por outra, e apesar das limitações impostas pelos programas, fica evidente a

conquista da autonomia das escolas. A este propósito, o Presidente da escola urbana lembrou que antes da criação e implementação do PDDE as escolas não tinham autonomia para tomarem decisões acerca dos produtos e materiais que precisavam de adquirir. Contrariamente a esse tempo, as escolas podem agora comprar o que lhes parecer mais necessário para o bom funcionamento da escola.

Deu uma certa autonomia para a escola, antes do PDDE a escola não tinha autonomia de escolher o que podia comprar e agora podemos comprar o que for mais urgente e necessário para seu bom funcionamento. (Presidente da escola urbana)

3.1.4. Contribuições do PDDE no processo de gestão escolar

O PDDE é percebido como um programa de financiamento das escolas que muito tem contribuído para a qualidade dos processos de gestão. Esta é a percepção dos Diretores escolares e dos Coordenadores pedagógicos que entrevistamos.

A autonomia da gestão financeira recebe destaque, nas palavras das Coordenadoras das duas escolas, na medida em que ela permite tomar decisões que antes estavam vedadas à própria escola, como por exemplo, a resolução de problemas de manutenção dos edifícios.

Nós temos autonomia. (Coordenadora da escola rural)

A verba é fundamental para a gestão solucionar pequenos problemas de manutenção. (Coordenadora da escola urbana)

Os Diretores das escolas entendem que se tratam de recursos que viabilizarem a implementação de projetos escolares e que facilitam a sua

realização. É um suporte financeiro que ajuda a ação da gestão e proporciona uma melhoria da qualidade dos serviços prestados pelos professores e, conseqüentemente, pelas equipes pedagógicas.

Atende com recursos na viabilização de aplicação dos projetos propostos na escola. (Diretor da escola rural)

Tem contribuído com o suporte financeiro o que facilita a ação da gestão, fazendo com que eleve a qualidade do serviço dos professores e da equipe pedagógica. (Diretor da escola urbana)

Por sua vez, os Coordenadores pedagógicos, apesar de terem salientado que haverá alguma escassez de verbas, disseram que mesmo assim se tratam de valores que a escola rentabiliza. É um dinheiro muito bem-vindo, como nos disse o Coordenador pedagógico da escola rural, porque permite realizar atividades pedagógicas que, de outra forma estariam comprometidas. São verbas que, apesar de serem por vezes insuficientes, são essenciais para a vida da escola. Este mesmo Coordenador chega a dizer que são um ponto de partida fantástico.

Por mais que ele não seja o suficiente, ele é muito bem-vindo porque ele é o que nós temos de recurso. É o que escola tem para planejar as atividades dentro da nossa realidade (...) não cobre toda a demanda, mas dá um bom sustento. É um ponto de partida fantástico. (Coordenador pedagógico da escola rural)

...para as atividades pedagógicas que são desenvolvidas com as crianças e com o professor. (Coordenadora da escola urbana)

3.1.5. As consequências da falta de repasse dos recursos do PDDE

Ficou bem evidente ao longo das entrevistas que realizámos que, no caso de haver uma interrupção dos repasses dos recursos do PDDE para as escolas, haveria grandes constrangimentos no funcionamento das escolas, que se iriam refletir, forçosamente, numa perda de qualidade do serviço prestado. Os processos de ensino e de aprendizagem seriam enormemente afetados pela falta de recursos que muito certamente se iriam fazer sentir, e haveria, de certa forma, alguma perda de vitalidade da escola porque a qualidade e o entusiasmo dos professores, das famílias e do Conselho escolar seriam fortemente afetados. Sem estas verbas disponibilizadas pelo PDDE as escolas perderiam autonomia e isso seria visto como um grande retrocesso nesta caminhada em direção à gestão democrática das escolas. O papel social da escola, como nos refere o Presidente do conselho da escola urbana, ficaria comprometido.

A escola entraria em decadência. Ocorreria o baixo desempenho pela falta de recursos para os professores e para as crianças. (Coordenador da escola urbana)

as escolas iriam deixar de ter esse suporte que sustenta a escola e contribui para a qualidade da educação (...) de grande prejuízo. (Diretor da escola urbana)

...tirar aquele entusiasmo da participação da família, dos professores e do conselho, tirar a autonomia de poder realmente dirigir os recursos. (Coordenador da escola rural)

As dificuldades com certeza iriam aumentar porque com esse recurso direto na escola proporciona autonomia para a mesma. (Diretor da escola rural)

Posso afirmar que certamente ficaria comprometido não somente a prática pedagógica, mas também todo o papel social da escola, ou seja, a educação pública ficaria em estado de calamidade. (Presidente do conselho da escola urbana)

Um outro aspeto que mereceu algum destaque por parte dos participantes da escola rural foi o facto de uma possível interrupção do envio de verbas do PDDE implicar, muito provavelmente, a dependência aos órgãos públicos municipais. Foi-nos dito que esta dependência iria trazer grandes dificuldades para a escola, uma vez que o Município não teria condições para prestar à escola o apoio que seria necessário para o seu bom funcionamento.

...porque a nossa não tem essa facilidade de receber recurso, digamos que da prefeitura. (Presidente do conselho da escola rural)

Seria uma tristeza. Porque a escola não tem como fazer tudo sozinha, e tem pouca ajuda do povo de lá (governo). (Mãe da escola rural)

Não fale uma coisa dessa! Ela ia ficar muito precária, ia ficar os alunos no calor e ia prejudicar para aprender. (Mãe da escola urbana)

...por isso se este programa ou recurso deixasse de ser repassado, as escolas ficariam na dependência da Secretaria de Educação. (Professor da escola rural)

3.1.6. Funcionamento, contribuição do conselho escolar e descrição da prestação de conta das escolas

Nas duas escolas os procedimentos adotados pelos respetivos conselhos escolares são semelhantes, embora o número de reuniões que se realizam na escola rural e na escola urbana sejam diferentes. Enquanto que na escola urbana as reuniões ocorrem uma vez por mês, na escola rural elas realizam-se duas vezes em cada mês e têm uma participação mais efetiva da comunidade

escolar. Nestas reuniões, realizadas na escola rural, há um maior envolvimento de todos; funcionários, pais, alunos, professores e gestão escolar.

A dinâmica do Conselho Escolar se desenvolve a partir de ações coletivas e envolvem os representantes do Conselho Escola. (Presidente do conselho da escola urbana)

O conselho se reúne uma vez por mês. (Mãe do conselho da escola urbana)

Tem os membros que fazem parte. As reuniões acontecem conforme as necessidades. (Professor do conselho da escola urbana)

Para além destas reuniões realizadas pelos conselhos escolares, há a necessidade de passar informação referente às decisões tomadas aos maiores interessados, que são a comunidade escolar. Para isso são marcadas reuniões em que participam os pais dos alunos, os membros do conselho, professores, coordenadores e gestores escolares. Através deste procedimento a escola promove a democracia e, simultaneamente, uma gestão participada, que fortalece a escola e a torna como uma equipe. Na escola rural foi-nos dito que estas reuniões acontecem a cada dois meses.

Costuma-se reunir com a comunidade, nessa reunião estão presentes os membros do Conselho Escolar, a gestora a e coordenadora da escola. Nesse momento se comunica a decisão do Conselho, que por sua vez, costuma estar em consonância com as pretensões da escola e da comunidade. (Presidente do conselho da escola urbana)

Através de comunicados, avisos ou bilhetes, do gestor ou representantes do conselho para pais, responsáveis e comunidade. (Professor do conselho da escola rural)

Convidamos os pais dos alunos a cada dois meses. Por exemplo: vem uma verba pro conselho, a gente senta, vê o que precisa, a gente compra. Tudo do jeito que foi combinado na reunião. (Presidente do conselho da escola rural)

A participação dos pais, professores e comunidade é sempre efetiva, o que fortalece a escola enquanto equipe. (Professor da escola rural)

Passadas as informações, o conselho escolar inicia a pesquisa de preços, que corresponde ao primeiro passo para realização dos processos de compra dos materiais que haviam sido combinados adquirir. No final de todo este processo é responsabilidade do conselho escolar realizar a prestação de conta das verbas utilizadas durante esse período. Este processo de prestação de contas é iniciado numa reunião em que são apresentados os materiais ou equipamentos adquiridos, assim como os respectivos documentos comprobatórios, que deverão ser entregues na Secretaria de Educação e na Prefeitura. Para este efeito é constituído um dossiê que reúne todos os documentos necessários aos processos e que serão posteriormente enviados à Secretaria da educação e à Prefeitura. Este é um procedimento administrativo que visa garantir a transparência de todo o processo de aquisições. Para além disso é um procedimento imposto por lei, que tem como objetivo a prestação de contas, que é necessária para que novas verbas venham a ser disponibilizadas.

Apresentando os recursos adquiridos e suas respectivas notas fiscais a quem se mostrar interessado. Assim, se divulga as aquisições feitas com os recursos do PDDE. (Presidente do conselho da escola urbana)

É feita através da apresentação das notas, pesquisas e outros documentos. É montado um processo que é entregue na Secretaria de Educação, outra na prefeitura e outro na escola para eventuais fiscalizações. (Professor do conselho da escola urbana)

...temos cópia de tudo, de notas fiscais, cópia de cheques, tudo como foi comprado, em que data, e além de prestar conta na Secretaria de Educação a gente também externa isso pro conselho e na escola. (Presidente do conselho da escola rural)

Ela chama todo mundo da escola, faz uma reunião com os pais que participam do conselho, junta todo mundo, sempre no meio do ano e no final do ano. (Mãe do conselho da escola rural)

A participação do conselho na vida da escola é abrangente e por isso é possível perceber que há contribuições relevantes para a própria escola. A sua atuação ultrapassa os procedimentos necessários à aquisição de materiais. O Conselho de escola é o elo que unifica as relações que se estabelecem na escola e que dá visibilidade às tomadas de decisões, o que permite fortalecer o processo de gestão democrática que se vive na escola. Esta é uma posição que encontramos nas duas escolas estudadas.

O conselho dá uma boa contribuição, porque junto o conselho delibera as ações e participa fazendo com que o trabalho saia com clareza e a escola tome as decisões com o conhecimento da equipe. (Diretor da escola urbana)

E com relação as decisões a serem tomadas a gestão chama o Conselho Escolar para participar. A escola não decide sozinha. (Coordenador da escola urbana)

O que eu percebo é o esforço, o apoio que ele dá para o quadro de funcionário, eu vejo o trabalho quando eles reúnem (...). Eu vejo que é um conselho atuante e unido devido a essa importância deles estarem presente. (Coordenador da escola rural)

3.1.7. Atuação dos gestores, coordenadores, pais e professores no conselho escolar

A atuação dos participantes do conselho escolar é essencial para o bom andamento das atividades pedagógicas. Esta pesquisa permite conhecer a contribuição de cada participante, a começar pelos diretores e coordenadores pedagógicos. A condução dos trabalhos depende muitas vezes da

determinação e habilidade para identificar as dificuldades e superar os obstáculos. A participação nas reuniões é a chave para aprimorar o envolvimento entre a comunidade e a equipe. Orientar os conselheiros nas suas funções, tendo por horizonte as normais legais, e ajudá-los a vencer as dificuldades são uma das minhas atribuições dos Coordenadores de escola, como nos dá conta a coordenadora da escola rural. Este trabalho, sempre orientado para a rentabilização dos recursos disponibilizados tem o propósito de melhorar as condições de trabalho com os alunos. A este propósito o Diretor da escola rural chegou mesmo a dizer-nos que auxilia “no direcionamento dos recursos a serem aplicados em benefícios dos alunos ...”.

A importância do meu trabalho é para que eles possam caminhar dentro das normas educacionais, (...) dentro da realidade da escola e do convívio com a comunidade. (Coordenadora da escola rural)

Colaboro na formação do Conselho Escolar, no desenvolvimento do trabalho do mesmo junto a instituição de ensino e comunidade escolar, auxílio no direcionamento dos recursos a serem aplicados em benefícios dos alunos que é o objetivo principal, de acordo com as necessidades dos projetos propostos pela equipe escolar. (Diretor da escola rural)

Para que a escola tenha êxito nas suas práticas é importante o envolvimento de dois atores essenciais para o processo de formação dos educandos: os pais e os professores.

A participação dos pais é percebida de forma diferente nas duas escolas. Enquanto que na escola urbana, que procura envolver os pais em reuniões de pais, onde se discute e onde podem concordar ou não com as pautas, nem todos os pais se mostram disponíveis e dispostos a contribuir para o bem comum. Este envolvimento, este entusiasmo que é sentido em alguns pais não é compartilhado por todos, como afirma a diretora ao dizer que todos deveriam ter essa vontade.

Eles frequentam, são atuantes, são bem espontâneos, concordam ou discordam conforme a pauta. (Professor da escola urbana)

É um trabalho bom. Mas precisa que todos os pais tenham essa vontade (...). mas sempre incentivamos o grupo a saber a importância desse trabalho que apesar de não ser remunerado é um trabalho que vai beneficiar a comunidade. (Diretor da escola urbana)

Por sua vez, na escola rural o relato da participação dos pais chega a contagiar e a criar uma enorme expectativa diante dessa importante parceria. Eles não apenas participam das reuniões, eles contribuem ativamente para que ocorra uma verdadeira mudança na escola. São pais que visitam a escola com alguma regularidade, que se preocupam com a presença dos filhos nas aulas, que se preocupam como o trabalho dos professores, que dão vida às escolas, como nos disse o Coordenador da escola rural. Os pais não são apenas importantes, eles sentem-se importantes e confiantes para intervir e acompanhar de perto a educação dos seus filhos.

Os pais participam das reuniões. Estão sempre presentes. Eu sou uma, estou sempre lá metendo o bico (opinando).” (Mãe do conselho da escola rural)

Os pais ou responsáveis tem uma participação “participativa”, digamos tem um interesse fundamental na educação de seus filhos, por uma educação de qualidade. (Professor da escola rural)

... pais que participam da escola (...) não só do conselho, mas eles gostam de visitar a escola, de ver se realmente o filho está na aula, se realmente o professor está na sala. Nós temos também aqueles pais que são meio fiscais da escola, sempre a gente vai por lá e tem um por lá. Lá tem, acontece muito isso. (Presidente do conselho da escola rural)

...eles dão muitas opiniões pra ver a mudança na escola e eu noto a participação dos pais, eles sentem muito importantes, é uma escola muito alegre porque nos pais, a gente vê a alegria por eles fazerem parte de tudo. (...). E a gente vê que realmente é por isso que tudo aqui dá tudo certo, não é uma coisa assim cem por cento, a comunidade lá, mas é uma das comunidades

mais participativa, eu admiro muito essa escola. (Coordenadora da escola rural)

Os professores são uma das peças fundamentais em toda a engrangem educacional e não seria diferente no conselho escolar. Os que são escolhidos levam consigo a incumbência de defender os ideais da classe, a ponto de realizarem mudanças de comportamento sempre que necessário para melhor atenderem os objetivos de uma educação de qualidade, nem que para isso seja necessário dedicar um pouco mais do seu tempo para a causa da educação. Este posicionamento e esta forma de atuação é comum as duas escolas investigadas. No entanto, na escola rural ainda conseguimos perceber que os professores têm uma participação ativa em relação à apresentação de novos projetos pedagógicos e são eles que levam a escola para a frente, “são eles que estão na frente, [são] eles que estão fazendo acontecer.”, como nos disse o Presidente do conselho da escola rural.

Eles estão sempre na reunião, já ficando depois do horário para ficar na reunião ou vindo em outro horário que não seja o dele. (Coordenadora da escola urbana)

Os professores e membros da escola tem participação ativa junto ao conselho, nas reuniões, levando sugestões e apresentando projetos voltados para educação. (Diretor da escola rural)

...têm a incumbência de apresentar ao Conselho Escolar os anseios, ideia e ideais dos professores bem como dos demais membros da equipe escolar. (Presidente do conselho da escola urbana)

Eles conseguem mostrar um trabalho muito bom, conseguem participar direitinho de todos os eventos da escola, são eles que estão na frente, eles que estão fazendo acontecer. (Presidente do conselho da escola rural)

3.1.8. A gestão do PDDE e as intervenções nas atividades escolares

Decidir sobre como serão aplicados os recursos do PDDE é uma tarefa que exige a participação de todos para que seja aceite. O procedimento padrão é a convocação de uma reunião por parte do conselho, onde todos são convidados a opinar e decidir as prioridades e necessidades mais urgentes da escola. Todas as ideias são discutidas e as decisões são registradas em atas para que fique configurado a escolha dos participantes em benefício dos alunos e do processo ensino-aprendizagem.

Através de reuniões com o Conselho. Reúne o Conselho sempre que houver a necessidade, aproximadamente duas vezes no mês. Os membros sugerem como gastar o dinheiro, as sugestões são anotadas em ata para eventuais consultas e para prestação de conta. (Diretor da escola urbana)

...tem pra colocar em primeiro lugar o aluno, o ensino-aprendizagem e o bem estar do nosso aluno, sempre as decisões são tomadas dessa forma. (Coordenador da escola rural)

Sempre que o Conselho se reúne para tomar essas decisões há o cuidado em ouvir atentamente a opinião de todos os interessados. Nestas reuniões fica muito clara o envolvimento de todos e o modo como se empenham para contribuir para a melhor distribuição possível dos recursos que estão disponíveis. Curiosamente esta é a percepção de duas encarregadas de educação, que tendo para o efeito do estudo o mesmo peso que teria a opinião de qualquer outro membro do Conselho, não deixa de ser curioso que se tratam de duas pessoas externas às escolas: uma encarregada de educação de cada escola.

Fazem as reuniões do Conselho e fazem uma votação para direcionar o dinheiro para aquilo que ta precisando. Todos que querem participar são ouvidos com liberdade para todos. (Mãe da escola urbana)

São feitas as reuniões com os pais, com o pessoal todo lá. Ela diz o dinheiro que tem e todos dizem no que deve ser usado. A gente decide todo mundo junto. (Mãe da escola rural)

As intervenções proporcionadas pelo programa PDDE podem ser percebidas no testemunho de muitos participantes como o ganho muito significativo, quando comparado com a situação que se vivia anteriormente. A este respeito, foi-nos dito, por exemplo, que a Escola ganhou poder para tomar algumas decisões, nomeadamente, a capacidade para ser autónoma na escolha dos materiais e equipamentos que considera de maior relevância para cada momento. E esta escolha, esta capacidade para responder às reais necessidades da escola encontram eco na melhoria da qualidade do trabalho dos professores e, conseqüentemente, na qualidade das aprendizagens realizadas pelos alunos. A escola passou a funcionar melhor e a dispor de melhores condições de trabalho. A este respeito foi-nos referida, por exemplo, a aquisição de ventiladores que ajudam a dissipar o calor que se faz sentir na escola. Um outro testemunho que consideramos importante, porque tem um grande impacto nas famílias, é o facto de a escola poder suportar certas despesas que teriam que ser suportadas pelos pais. Foi-nos referido o fornecimento de materiais e de uniformes que, embora não tendo um custo exagerando, são uma ‘dor de cabeça’ para as famílias mais carenciadas.

Eu acredito que mudou sim, o PDDE proporcionou mais autonomia à unidade escolar, uma vez que possibilita aquisições que vão ao encontro das reais necessidades da escola. (Presidente do conselho da escola urbana)

Ajuda a melhorar a prática dos professores que dispõem de recursos pedagógicos para melhorar a prática docente e conseqüentemente o desempenho dos alunos. (Professor da escola urbana)

Ficou melhor a forma de conduzir os trabalhos na escola, os recursos, e tudo que funciona na escola, hoje ficou melhor porque uma equipe que trabalha em parceria. (Presidente do conselho da escola rural)

Sim. Antes não tinha lugar pra reunião, agora tem. Era muito calor e hoje tem ventilador. Uma área para ensaios da quadrilha que também não tinha e agora tem. E ajuda também dando material e uniforme, porque o uniforme custa quinze reais pra uma família com cinco filhos fica difícil. (Mãe do conselho da escola rural)

3.1.9. Levantamento das dificuldades das ações relevantes da gestão escolar e considerações sobre a gestão democrática

Numa escola encontramos muitos desafios e não seria diferente com a equipe da gestão escolar. As escolas enfrentam dificuldades distintas, que nos remete à realidade de cada localidade onde estão situadas. Por exemplo, na escola urbana fica claro que a autonomia para a gestão dos recursos é uma grande conquista, porém junto com esse benefício a escola enfrenta a burocracia dos processos de compra como sua maior dificuldade. Enquanto que na escola rural os desafios estão relacionados a precariedade da sua estrutura física o que inclui nisso a dificuldade do abastecimento de água, algo essencial para o desenrolar da existência humana.

Em gestão financeira de poder ter a autonomia para gerir os recursos. A questão é a burocracia para a compra dos materiais. (Diretor da escola urbana)

Abastecimento de água, assistência do corpo técnico pedagógico. (Diretor da escola rural)

É o espaço físico. A escola é de madeira, nas salas tem ventiladores, então acho que aquele ambiente, o espaço e a estrutura da sala, para um bom funcionamento precisa melhorar mais. (Coordenador da escola rural)

A gestão escolar mesmo com todas as dificuldades consegue realizar ações que merecem destaques nesta pesquisa. O reforço escolar e visitas às casas

das famílias ajudam a combater a evasão e a reprovação. Também são realizadas ações de inclusão escolar nas duas escolas. Estimular a participação de todos e principalmente da família ainda é o foco principal da gestão escolar.

Os reforços escolares. Atividades que são realizadas para combater a evasão e a reprovação. As visitam em casa com as famílias. A inclusão escolar muito bem realizada com o apoio da comunidade escolar. (Diretor da escola urbana)

Atuação participativa com bom relacionamento com os funcionários, professores e comunidade. (Coordenador da escola urbana)

As ações de maiores relevâncias foram a acessibilidade que proporcionou um melhor acesso aos alunos para desenvolver as atividades propostas na escola. (Diretor da escola rural)

...ela é uma comunidade atuante, sem dúvida, mas uma das coisas que precisaria melhorar seria uma maior participação da comunidade. (Coordenador da escola rural)

Mas todas estas percepções e ações refletem a compreensão da equipe quanto ao que considera gestão democrática. Todos demonstram uma reflexão bem coerente quanto a esse conceito e deixam transparecer em suas atitudes e comportamento o que as suas convicções descrevem. O diretor da escola urbana relata que a participação da comunidade e da equipe escolar nas decisões da gestão são respeitadas, o que proporciona um feedback entre comunidade, equipe e gestão. O coordenador ressalta que a educação não pode ser feita de qualquer jeito e que deve haver uma constante avaliação das ações realizadas pela equipe em prol da melhoria do ensino. O envolvimento de vários seguimentos da comunidade favorece um bom relacionamento que culmina com a busca pela qualidade do ensino, segundo o diretor da escola rural, o que reforça os conceitos defendidos pela coordenadora, e que inclui liberdade de expressão e respeito por todos.

Eu entendo por Gestão democrática quando as questões são colocadas para toda a comunidade, há o envolvimento de toda a equipe e a escola dá abertura para receber a comunidade, e ela tem a participação nas decisões da gestão. (Diretor da escola urbana)

Todo ano, estamos reavaliando as ações que são realizadas com a equipe escolar, com discussões que visem a melhoria do ensino. (Coordenador da escola urbana)

Participação de vários seguimentos da comunidade escolar: educandos, professores, funcionários e comunidade, (...)em busca de uma qualidade de ensino. (Diretor da escola rural)

O que eu entendo de gestão democrática é da liberdade de expressão, é convidar a comunidade pra dentro da escola, respeitar cada aluno e que esse conselho seja um conselho, realmente atuante mas com respeito a cada um dos seus membros. (Coordenador da escola rural)

Após a análise dos dados podemos observar que os recursos gerenciados pelas escolas são de vital importância para o bom funcionamento da mesma, no que concerne às suas atividades pedagógicas. O acesso aos programas do governo federal são a única fonte de recursos para que as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar sejam superadas, entre elas podemos citar a conciliação dos horários de trabalho com as reuniões e a distância da escola do campo até a cidade para realização das compras. Cabe destaque nesta pesquisa que os programas comuns às duas escolas estudadas são o PDDE, o PDE Escola e o Mais Educação e em específico para a escola urbana o Mais Cultura e para a escola rural o programa Escola Acessível. Esses programas oportunizam aos seus beneficiários a melhoria no atendimento aos alunos, na qualidade do ensino, na estrutura física da escola e no desempenho dos professores. Dentre todos os benefícios o que mais chamou atenção foi a conquista da autonomia pela escola, o poder de decisão, de escolha e de ação para solucionar pequenos transtornos e mesmo melhorar as atividades

escolares. É inegável que a entrada de recursos financeiros diretamente para a gestão escolar é o ponto forte do programa e que a sua suspensão traria consequências graves para o desempenho escolar e comprometeria a autonomia da escola já que esse é o único recurso ao qual tem acesso.

Mas para que a escola possa ter acesso regular a esses recursos cabe ao conselho escolar assumir a responsabilidade, junto com a equipe gestora, da execução desses recursos. Normas e regras devem ser respeitadas para que a escola não perca o direito de receber as verbas referentes a cada programa, entre elas ter um Conselho Escolar regularizado junto aos órgãos competentes, dar transparências às suas ações desde a discussão das prioridades até à prestação de contas, atuar em conjunto escola e comunidade. E deste último, podemos destacar a parceria que deve ocorrer sempre entre gestores, professores e pais de alunos. Todos estão envolvidos diretamente no processo educativo do ser mais importante, o aluno, e por maiores que sejam as dificuldades enfrentadas a superação acontece principalmente pelo desenvolvimento de uma gestão democrática que pode ser percebida no feedback entre a gestão e a equipe escolar, o respeito a todos e a liberdade de expressão dos envolvidos na dinâmica do processo educacional.

3.2. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao iniciar este estudo tive a intenção de compreender como e quais seriam os caminhos percorridos pelas instituições de ensino para desenvolver programas implementados pelo governo federal com influência direta na gestão escolar. Para tanto foram levantadas algumas questões que nortearam este trabalho e possibilitaram o esclarecimento dos objetivos propostos por essa discussão.

O programas implementados pelo governo são diversos e atendem a objetivos específicos, quando a escola os implementa nas suas atividades surgem novos desafios e para que possamos compreender devemos primeiramente conhecer quais são os que surgem nas escolas investigadas e a sua importância na implementação das atividades escolares.

Baseado nos dados coletados podemos afirmar que o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE é o único meio pelo qual as escolas têm acesso a recursos financeiros e permite que as escolas investigadas sejam atendidas pelo PDDE, PDE - Escola, Mais Educação, Mais Cultura e Escola Acessível. Cada um destes, conforme o objetivo para o qual foi criado, melhora o atendimento ao educando e a qualidade do ensino de forma significativa a ponto de viabilizar a realização dos projetos escolares, facilitar a ação da gestão e proporcionar uma melhoria na qualidade dos serviços prestados pelos professores e pela equipe pedagógica. Este recurso permite o planejamento das atividades escolares, conforme a realidade local, e implementa ações pedagógicas que valorizam a relação professor-aluno, o que proporciona um ganho significativo de autonomia vivenciado pelos participantes da pesquisa, ficando definida a sua importância para o bom andamento das atividades escolares.

Quando falamos em autonomia, estamos defendendo que a comunidade escolar tenha um grau de independência e liberdade para coletivamente, pensar, discutir, planejar, construir e executar seu projeto político-pedagógico... (Castro, 2008, p. 13).

Ao administrar diversos recursos ao mesmo tempo, as escolas acumulam diferentes programas a implementar durante o ano, o que favorece o aparecimento de dificuldades percebidas pelo Conselho Escolar durante os procedimentos para o gasto dos recursos. A investigação possibilitou a identificação de dois problemas que atrapalham as ações do Conselho. No que diz respeito à escola urbana, o seu desafio é conciliar os horários de trabalho dos professores que participam do conselho com as reuniões, tanto que muitas vezes encontram dificuldade em agendar reuniões extraordinárias. Para a escola do campo o grande desafio é a distância a ser vencida entre a escola e a cidade, local onde são feitas as compras de materiais. A isto podemos acrescentar a dificuldade com o transporte e com as comunicações.

Mesmo diante das dificuldades e das limitações impostas pelos objetivos dos programas, os investigados afirmarem em diversos momentos que os recursos são poucos mais muito importantes, porque são usados para dirimir as necessidades imediatas das escolas como a aquisição de material didático, material de limpeza, material desportivo, equipamentos diversos e a realização de pequenas reformas ou manutenção do espaço físico. Que podemos confirmar quando observamos o artigo 2º da resolução nº 10 de 2013 que diz:

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) consiste na destinação anual, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas, (...) com o propósito de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento e para a promoção de melhorias em sua infra-estrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da

cidadania com a participação da comunidade no controle social. Ministério da Educação (2013b).

A interrupção dos repasses dos recursos comprometeria a prática pedagógica, a autonomia da escola e o seu papel social. Essa situação foi evidenciada na fala de todos os participantes ao expressarem preocupação sobre como ficaria a escola pública sem o apoio desses recursos onde afirmam que a escola entraria em decadência e a educação pública ficaria em estado de calamidade pois ficou constatado durante a pesquisa que estes são os únicos recursos aos quais as escolas tem acesso para poder diminuir as dificuldades enfrentadas no dia a dia e que o poder público local não presta nenhum tipo de assistência financeira as escolas ficando as mesmas dependentes dos programas do governo federal. Daí a valorização do acesso aos recursos e a preocupação em ter sua prestação de conta aprovada ao final de cada ano, porque significa a continuação do uso de verbas, mesmo que na opinião das escolas poucas e limitadas, mas de grande importância para o desenvolvimento de educação pública de qualidade.

Compreender como o conselho e a gestão escolar desenvolvem os programas governamentais, considerando os princípios da gestão democrática, é o que vamos discorrer neste momento. Para tanto, esta pesquisa se encarregou de esclarecer o funcionamento do conselho e sua contribuição para a gestão escolar, a atuação dos seus participantes, como são tomadas as decisões sobre a execução dos recursos e se é possível realizar uma gestão democrática diante de tantos desafios.

Ao tratarmos sobre gestão devemos considerar todas as formas de manifestações que acontecem dentro do ambiente escolar, no caso este estudo o conselho escolar e a equipe de gestão escolar. Saber sobre a sua funcionalidade nos ajuda a perceber até onde são realmente realizadas as práticas pedagógicas de maneira democrática. No caso do conselho escolar fica claro que o uso de reuniões como principal mecanismo de manifestação de opiniões, debates, discussões e repasse de informações para o bom

funcionamento do colegiado e da instituição. Lembrando que o fato dele ser composto por pessoas eleitas diretamente por suas categorias assegura uma representatividade fortalecida para a tomada de decisões. A contribuição deste colegiado vai além da aquisição de matérias e equipamentos, ele unifica as relações e respalda as decisões tomadas pelos seus participantes a ponto de fortalecer a gestão democrática.

Os Conselhos Escolares, (...) tem como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito escolar. Cabe aos Conselhos, também analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola (Ministério da Educação (2004a).

A importância da atuação dos participantes do conselho fica evidenciado na participação de todos nas reuniões e na habilidade em conduzir os trabalhos preparando um ambiente favorável para envolvimento entre a equipe e a comunidade local, por isso a participação dos pais e professores torna-se relevante para que a escola tenha êxito em suas práticas pedagógicas. Uma observação interessante é a participação maior dos pais e professores da escola do campo no que se refere a tomadas de decisões e acompanhamento do processo educacional, mas não foi possível verificar o porquê deste acontecimento por não ser o foco desta pesquisa.

Decidir sobre a aplicação dos recursos do PDDE requer a participação de todos os envolvidos para que a decisão seja respeitada e aceita pela comunidade escolar. Quando os conselheiros se reúnem para debater sobre os recursos que estão disponíveis para a escola, ouvir a opinião ou sugestão de ideias requer o exercício da liberdade de expressão e de respeito ao próximo, facilitando o levantamento das prioridades e tendo como foco central o educando e o processo de ensino e aprendizagem. Essas atitudes fortalecem a relação entre a equipe escolar, o conselho escolar e a comunidade local, uma vez que a valorização das pessoas estimula o envolvimento de todos e permite uma distribuição consciente dos recursos disponíveis, proporcionando um ganho significativo na autonomia da gestão

escolar, na capacidade de decisão sobre quais as necessidades que devem ser atendidas em primeiro lugar, considerando sempre a realidade de cada escola.

Nesse sentido, a democratização da gestão escolar implica a superação dos processos centralizados de decisão e a gestão colegiada, na qual as decisões nasçam das discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola, e orientadas pelo sentido político e pedagógico presente nessas práticas (Ministério da Educação (2004b)).

Mesmo diante de tantos desafios as escolas pesquisadas demonstraram com as suas ações que adotam práticas educacionais democráticas no seu cotidiano escolar, perceptíveis quando: (1) relatam sobre a importância em dar transparência para as suas decisões, realizando reuniões tantas quantas forem necessárias até que fique decidido sobre o que deve ser adquirido para minimizar as dificuldades enfrentadas pela escola; (2) estimulam a participação de pais, professores, gestores e coordenadores pedagógicos e demais funcionários da escola nas reuniões; (3) fortalecem a parceria entre escola e comunidade a fim de buscar soluções para superar os obstáculos que prejudicam o bom andamento das ações escolares; (4) agem dentro da legalidade ao respeitar as regras e normas que regem os programas governamentais para ficarem aptos a continuarem a receber os recursos, e mesmo diante das dificuldades, respeitarem a finalidade para a qual os programas são propostos, alcançando uma melhoria em diferentes áreas da educação pública.

4. CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo analisar o modo como está a ser implementado o PDDE em duas escolas públicas municipais do Município de Tucuruí, no Estado do Pará, na tentativa de perceber como funciona a Gestão das duas Escolas, como acontece a participação dos conselhos escolares na gestão dos recursos financeiros e qual o contributo que este programa tem dado para o processo de gestão democrática da escola

Realizamos entrevistas às Diretoras e às Coordenadoras pedagógicas das duas escolas estudadas e aos elementos dos respetivos conselhos escolares Presidente, professor e encarregado de educação, com o propósito de conseguirmos responder a três objetivos específicos: [1] identificar as dificuldades enfrentadas pelos gestores para executarem os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola; [2] identificar os recursos recebidos pelas escolas e sua importância para a implementação das atividades escolares; [3] compreender como a gestão escolar e o Conselho escolar desenvolvem o PDDE na perspectiva da gestão democrática

As principais conclusões a que chegamos permitem-nos responder aos objetivos enunciados do seguinte modo:

- A escola urbana apresenta como dificuldade a conciliação de horários para a realização de reuniões extraoedinárias quando necessário, enquanto que na escola rural fica evidente que a locomoção do campo para a cidade e a comunicação são os grandes obstáculos.
- Os recursos recebidos são oriundos dos programas: PDDE, PDE-Escola, Mais Educação, Mais Cultura e Escola Acessível. São importantes pelo suporte que os programas dão à gestão escolar, a melhoria da

qualidade do atendimento aos alunos e a melhoria no processo ensino-aprendizagem.

- Quando os conselheiros se reúnem para debater sobre os recursos que estão disponíveis, ouvir a opinião ou sugestão de ideias requer o exercício da liberdade de expressão e de respeito ao próximo, incentivando a democracia-participativa cujo foco central baseia-se no educando e na qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Para além destas três conclusões, que procuram responder diretamente aos objetivos enunciados para a presente dissertação, parece-nos poder concluir ainda que, mesmo diante de algumas dificuldades enfrentadas pela escola, como a conciliação de horários e a locomoção dos conselheiros para a cidade, para a realização de compras, contar com os recursos oriundos do governo federal, é uma mais valia para estas instituições, na medida em que são os únicos recursos financeiros com que as escolas podem contar para superarem as necessidades que são encontradas no cotidiano escolar.

E mesmo diante de tantas regras e limitações, ou poucos recursos, como nos dizem os entrevistados, são essenciais para melhorar a qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem, para o atendimento aos educandos e para as reparações da estrutura física da escola.

Não podemos deixar de ressaltar o empenho em realizar as discussões que forem necessárias para definir uma solução, fazendo uso do Conselho escolar enquanto espaço de debates de ideias e respeito ao próximo, caracterizando dessa forma o exercício de uma gestão democrática e participativa, onde o envolvimento de todos é valorizado e considerado essencial para as decisões tomadas em conjunto.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, D. (2006). *Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Acedido em 25/02/2016. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002991.pdf>
- Alves, Z., & Silva, M. (1992). Análise Qualitativa dos Dados de Entrevista: Uma Proposta. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, (2), 61-69. Acedido em 25/02/2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1992000200007>
- Barroso, J. (2013). O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. In: Ferreira, N. (org). *Gestão Democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez. p. 19-43.
- Cardoso, F. (2014). *Gimnocerco - um exemplo de empoderamento, de excelência desportiva e de desenvolvimento de competências de vida*. Porto: Fernando Cardoso. Dissertação de Doutoramento em Ciências do Desporto apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto
- Castro, A. (2008). *A autonomia do conselho escolar: uma gestão democrática*. Maringá: Secretaria de Estado da Educação do Paraná
- Coutinho, C., & Chaves, J. (2002). O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, 15(1), 221-243.
- Fernandes, M., & Ramos, G. (2010). Conselho escolar, participação e qualidade da educação no âmbito da gestão democrática. *Revista Eletrônica de Educação*, 4(2), 210-224. Acedido em 25/02/2016. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/177/103>

Gerhardt, T, & Silveira, D. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Gressler, L. (2004). *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios*. São Paulo: Edições Loyola.

Gutierrez, G., & Catani, A. (2013). Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades. In: Ferreira, N. (org). *Gestão Democrática da educação: atuais tendências, novos desafios* (pp. 75-94). São Paulo: Cortez.

Lück, H. (2000). Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto a seus gestores. In: H. Lück (Org.), *Gestão escolar e formação de gestores* (pp. 11-33). Brasília: Em Aberto.

Lück, H. (2009). *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Editora Positivo.

Luiz, M., & Gomes, R. (2014). Teoria do reconhecimento e conselho escolar: subsídios para a compreensão e constituição da gestão democrática. In: D. Ramos (org.), *Conselho escolar e gestão democrática: contribuições de uma formação para a cidadania* (pp.21-36). Nova Petrópolis: Nova Harmonia.

Maroy, C. (2005). A análise qualitativa de entrevistas. In G. Valente (Ed.), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (pp. 117-155). Lisboa: Gradiva

Ministério da Cultura (2013). Oficina de Implementação de Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura. Acedido em 23/03/2016. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Apostila+-+Oficina+de+Implementa%C3%A7%C3%A3o+dos+Sistemas+de+Cultura.pdf/52b7f7bb-da35-4d1c-a18d-c5f7bacf9624>

Ministério da Cultura (2014). Programa Mais Cultura nas Escolas Manual. Acedido em 23/03/2016. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/documents/10877/672892/Manual+de+Orient>

a%C3%A7%C3%B5es+-+Programa+Mais+Cultura+nas+Escolas/b8591586-d276-433e-8aad-e654e119184a?version=1.1

Ministério da Educação (1994). *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília. Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Acedido em 26/02/2016. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

Ministério da Educação (2001). *Parecer CNE/CEB nº 17, de 17 de agosto de 2001*. Acedido em 26/02/2016. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf

Ministério da Educação (2004a). Caderno 1: Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília. MEC, SEB. Acedido em 26/02/2016. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf.

Ministério da Educação (2004b). Caderno 5: Conselho Escolar: gestão democrática da educação e escolha do diretor. Brasília. MEC, SEB. Acedido em 26/02/2016. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad5.pdf.

Ministério da Educação (2004c). Caderno 7: Conselho Escolar: e o financiamento da educação no Brasil. Brasília. MEC, SEB. Acedido em 26/02/2016. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf>.

Ministério da Educação (2004d). *Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública*. Brasília – DF. Acedido em 26/08/2016. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000482.pdf>

Ministério da Educação (2005). *Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Documento Orientador*. Acedido em 26/02/2016. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>

Ministério da Educação (2007a). *Portaria Normativa Interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007*. Acedido em 26/02/2016. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2446-port-17-120110&category_slug=janeiro-2010-pdf&Itemid=30192

Ministério da Educação (2007b). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Acedido em 26/02/2016. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=381-politica-nacional-seesp&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

Ministério da Educação (2009a). *Manual de Orientação para Constituição de Unidade Executora*. Acedido em 26/02/2016. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/arquivos/file/434-manual-de-orientacao-para-constituicao-de-uex>

Ministério da Educação (2009b). *Série Mais Educação. Educação Integral. Texto Referência para o Debate Nacional*. Acedido em 10/10/2016. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf

Ministério da Educação (2010). *Manual de Orientação: programa de implantação de sala de recursos multifuncionais*. Acedido em 10/10/2016. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192

Ministério da Educação (2012a). Resolução nº 27, de 27 de julho de 2012. Acedido em 16/11/2015. Disponível em

https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000027&seq_ato=000&vlr_ano=2012&sgl_orgao=FNDE/MEC

Ministério da Educação (2012b). *Resolução nº 45, de 24 de setembro de 2012*. Acedido em 10/08/2016. Disponível em https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000045&seq_ato=000&vlr_ano=2012&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC

Ministério da Educação (2013a). *Resolução nº 10, de 18 de abril de 2013*. Acedido em 16/11/2015. Disponível em https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000010&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC

Ministério da Educação (2013b). *Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2013*. Acedido em 16/11/2015. Disponível em https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000034&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC

Ministério da Educação (2013c). *Resolução nº 49, de 11 de dezembro de 2013*. Acedido em 16/11/2015. Disponível em http://pdeescola.mec.gov.br/images/stories/pdf/res_49_11122013.pdf

Ministério da Educação (2013d). *Resolução nº 19, de 21 de maio de 2013*. Acedido em 16/11/2015. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13291-resol19-21maio2013&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192

Ministério da Educação (2014a). *Manual do PDDE Interativo 2014*. Acedido em 16/11/2015. Disponível em

http://pdeescola.mec.gov.br/images/stories/pdf/manual_pdde_interativo_2014.pdf

Ministério da Educação (2014b). *Manual Operacional de Educação Integral*. Acedido em 23/03/2016. Disponível em <http://anexos.datalegis.inf.br/arquivos/1240866.pdf>

Ministério da Educação (2014c). *Resolução nº 04, de 31 de março de 2014*. Acedido em 23/03/2016. Disponível em https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000004&seq_ato=000&vlr_ano=2014&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC

Ministério da Educação (2014d). *Resolução nº 14, de 09 de junho de 2014*. Acedido em 23/03/2016. Disponível em https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000014&seq_ato=000&vlr_ano=2014&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC

Ministério da Educação (2015). *Nota Técnica nº 42, de 16 de junho de 2015*. Acedido em 23/10/2016. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17656-secadi-nt42-orientacoes-aos-sistemas-de-ensino-sobre-destinacao-dos-itens-srm&Itemid=30192

Ministério Público Federal (2004). *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*. Acedido em 23/10/2016. Disponível em <http://www.adiron.com.br/arquivos/cartilhaatual.pdf>

Oliveira, S., & Piccinini, V. (2009). Validade e reflexividade na pesquisa qualitativa. *Cadernos EBAPE.BR*, 7(1), 89-98.

Ollaik, L., & Ziller, H. (2012). Concepções de validade em pesquisas qualitativas. *Educação e Pesquisa*, 38(1), 229-241

Júnior, F., Leão, A., & Mello, S. (2011). Validade e Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa em Administração. *Revista de Ciências da Administração*, 13(31), 190-209.

Presidência da República (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Acedido em 16/11/2015. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Presidência da República (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Acedido em 16/11/2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

Presidência da República (1998). *Medida provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998*. Acedido em 26/02/2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1784.htm

Presidência da República (2001). *Lei 10.172, de 9 de janeiro*. Acedido em 16/11/2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm

Presidência da República (2010). *Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010*. Acedido em 25/02/2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.htm

Presidência da República (2012). *Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012*. Acedido em 25/02/2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc71.htm

Prodanov, C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. Novo Hamburgo: FEEVALE.

Rocha, C. (2010). *Gestão Escolar: conceitos, práticas e expectativas*. In: *Educação, Democracia e Gestão Escolar*. Góias: Editora Puc de Góias.

Saviani, D. (2007). O Plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. 2007 *Educ. Soc., Campinas*, 28(100), 1231-1255.

Severino, A. (2007). *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez.

Ullrich, D., Oliveira, J., Basso, K., & Visentini, M. (2012). Reflexões teóricas sobre confiabilidade e validade em pesquisas qualitativas: em direção à reflexividade analítica. *Análise*, 23(1), 19-30.

UNESCO (1998a). Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien, 1990. Acedido em 10/12/2015. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>

UNESCO (1998b). Declaração Universal Dos Direitos Humanos. Brasília, 1998 Acedido em 10/12/2015. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>

Yin, R. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

REPRESENTANTES DO CONSELHO ESCOLAR – UNIDADE EXECUTORA (UE_x):

- 1- Presidente ou tesoureiro do Conselho Escolar**
- 2- Um representante de pai de aluno**
- 3- Um representante do professor**

1. Quando foi implantado o Conselho Escolar desta escola?
2. De que maneira acontece a dinâmica de funcionamento do Conselho Escolar e quais são as funções realizadas por este colegiado que se destacam no ambiente escolar?
3. Como é a participação dos pais no Conselho Escolar?
4. Como é a participação dos professores e demais membros da equipe escolar no Conselho Escolar?
5. De que maneira o Conselho Escolar ou a Unidade Executora (UE_x) repassam as informações das reuniões para a comunidade?
6. A Unidade Executora (UE_x) enfrenta dificuldades em relação à tomada de preços na cidade? Relacione-as abaixo
7. Como e quando é feita a prestação de contas do PDDE? Como é divulgada e a quem é divulgada e quando e como é feito?
8. Quais são os programas federais que atendem ou atenderam esta escola nos últimos 3 anos?
9. Em que ano a escola foi contemplada com o PDDE pela primeira vez? Que vantagens foram sentidas na altura?
10. A escola recebe outro tipo de recurso financeiro, que não esteja relacionado aos programas do governo federal? (se responder sim) quais são e que importância tem cada um desses recursos para o trabalho que se desenvolve na escola?

11. Como funciona a gestão do PDDE na escola? Como é feita a escolha para a aplicação dos recursos?
12. Os recursos enviados através do PDDE são suficientes para suprir todas as necessidades da escola? (se respondeu não) Quais as necessidades que não são contempladas e como se resolvem essas dificuldades?
13. O PDDE modificou as formas de condução da gestão das atividades na escola? Gostaria que me falasse das alterações que consegue identificar.
14. Na sua visão o que aconteceria se o PDDE deixasse de ser repassado?
15. Uma última questão: quais as dificuldades encontradas pela Unidade Executora (UEx) para o seu funcionamento?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DIREÇÃO ESCOLAR:

1- Diretor Escolar

2- Um representante da coordenação pedagógica

1. Desde quando trabalha nesta escola? E há quanto tempo exerce a função de diretor ou coordenador pedagógico?
2. Fale-me sobre o trabalho que desenvolve no Conselho escolar e sobre a importância que atribui a esse trabalho?
3. Que contribuição dá o Conselho Escolar para o trabalho que é desenvolvido na escola? Como percebe a importância do trabalho desenvolvido por este órgão de gestão?
4. Gostaria de saber como decorre a participação dos pais no Conselho Escolar?
5. E a propósito da participação dos professores e demais membros no Conselho Escolar, o que me pode dizer?
6. Que dificuldades são normalmente encontradas pela Unidade Executora (UEx) no seu funcionamento?
7. Quais são as principais dificuldades encontradas no cotidiano da escola?
8. Comente as ações de maior relevância da sua atuação na gestão escolar.
9. Gostaria que me falasse sobre todos os tipos de recursos financeiros que a escola recebe durante o ano letivo.
10. Gostaria de conhecer até que ponto esses recursos conseguem suprir as necessidades da escola.
11. Queria colocar-lhe algumas questões acerca do PDDE:
 - a. Os recursos enviados através do PDDE são suficientes para suprir as necessidades da escola ou se há necessidades que não conseguem ser contempladas? O que pode me dizer a este respeito?

- b. Que contributo o PDDE tem vindo a dar para as mudanças que ocorrem no processo de gestão das atividades na escola?
 - c. Como são tomadas as decisões da aplicação dos recursos do PDDE?
 - d. Fale-me dos programas que estão na plataforma do PDDE Interativo em que a escola tenha participado nos últimos 3 anos e das vantagens dessa participação.
 - e. Na sua visão o que aconteceria se o PDDE deixasse de ser repassado?
12. Uma última questão: o que entende sobre Gestão Democrática? Como percebe a sua atuação? Ela enquadra-se neste modelo de intervenção? De que forma?